



Anais da Assembleia

N.º 31

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 25 DE ABRIL DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1985.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi,
Secretariada pelos Senhores Deputados Edmar Luiz
Costa e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos
seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio
Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse
Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail
Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro,
Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida
César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo
Baggio, Ervin Bonkoski, Erondy Silvério, Ferrari
Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto
Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert,
Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira,
Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel,
Osvaldo Alencar Furtado, Pérciles Pacheco, Roberto
Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu
França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio
Setogutte e Wilson Fortes (41). Acha-se ausentes os
seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Amélia
Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Homero
Ofuido, Edgard Pimentel, Fuad Nacli, Gernote Kirinus,
José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nestor Baptista,
Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Sérgio Spada, Tadeu
Lúcio Machado, Werner Wanderer e Artágão Mattos
Leão (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor
Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção
de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas
das sessões anteriores, as quais são aprovadas
sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso
de suas atribuições regimentais, REQUER, após
ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA para o
Projeto de Lei n.º 57/85, de autoria dos Deputados
Sabino Campos e Gernote Kirinus, que visa alterar
o nome do Município de São José, criado pela Lei
n.º 8075, para São José das Palmeiras.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno
o adiamento da discussão e votação, por 10 (dez)
sessões, para o Projeto de Lei n.º 20/84, e que o mesmo
seja enviado à Comissão de Saúde para apreciação
daquela Comissão Técnica.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso
de suas atribuições regimentais, REQUER, seja
reincluído, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 168/84,
uma vez que já correu o prazo pelo qual sua retirada
havia sido solicitada.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de
conformidade com suas atribuições regimentais,
REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja indicada
uma Comissão de Deputados, para representar a
Assembléia, nas seguintes comemorações: De 26/04
a 04/05/85 - Feira Exposição Agro-Pecuária de Maringá;
De 05/05 a 11/05/85 - Aniversários de Mandaguari
e Maringá.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o
soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento
do Senhor JOSÉ ALEXANDRINO DE ARAÚJO
FILHO, (SEU ZEZÉ), haja vista, ter sido o mesmo
pioneiro no Município de União da Vitória.

Solicitamos ainda, seja enviado expediente
à família do falecido, no seguinte endereço: Rua Cel.
João Gualberto, 144 - União da Vitória - PR.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso
de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido
o Plenário, a consignação da ata dos trabalhos da sessão
de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento
do ex-Vereador, pelo PMDB, do Município de
Antonina, Senhor IZARI CARLOS SILVA, ocorrido
dia 31 de março de 1985.

Outrossim, REQUER que da decisão da Casa,
seja dada ciência à família enlutada. (Rua Conselheiro
Prado, 50 em Antonina - PR.).

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com o passamento do Senhor IZARI CARLOS

SILVA, perde a população de Antonina uma alma boníssima, homem empreendedor, exemplar chefe de família que deixa viúva a Sra. ETELVINA VIEIRA DA SILVA e os seguintes filhos: IZARI CARLOS DA SILVA JÚNIOR, JOÃO CARLOS DA SILVA, ANTONIO CARLOS DA SILVA e HUMBERTO CARLOS DA SILVA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja registrado nos Anais deste Poder, um VOTO DE PESAR pelo prematuro falecimento do senhor ERNANI HILDEBRAND, militante do PMDB, ocorrido em Belém do Pará.

Requer, ainda, que a decisão da Casa seja notificada aos familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à douta Comissão Executiva desta Casa, seja promovido Fórum de Debates abordando o tema "O LEGADO DO PRESIDENTE ELEITO TANCREDO NEVES E A NOVA REPÚBLICA".

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Presidente eleito do Brasil, TANCREDO NEVES, conhecido como o "Mártir da Democracia", já havia ganho outro cognome: "ARQUITETO DA NOVA REPÚBLICA".

Desta maneira, forçosamente teremos de concluir, que seus pronunciamentos, entrevistas e compromissos assumidos perante o povo são os ALICERCES DA NOVA REPÚBLICA.

Promovendo Fórum de Debates abordando o tema mais palpitante do momento, esta Assembléia Legislativa terá voltada para si a atenção de todos brasileiros.

Nosso objetivo será a coleta de dados sobre os PLANOS DE GOVERNO DA NOVA REPÚBLICA e levá-los ao conhecimento de todos, pois, o legado do Presidente Tancredo Neves pertence à população de nosso País.

De que se constitui esse legado?

Qual a sua influência sobre a Nova República?

Para responder a essas perguntas, temos certeza, contaremos com integral apoio popular e também de nossas autoridades constituídas, dado o interesse que o assunto vem despertando.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de moção de congratulações à Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária da Educação do Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Pelo lançamento sob forma criativa e dinâmica da campanha da Constituinte na rede escolar do Paraná,

como muito bem está registrado no caderno n.º 1 Educação e Constituinte elaborado pela CAE Coordenação de Assistência ao Educando.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações à equipe médica do Instituto do Coração do Hospital Evangélico desta Capital, pelo sucesso alcançado no primeiro transplante de coração, realizado no Paraná.

Requeiro, ainda, uma vez aprovado o presente requerimento se dê ciência à Direção do Hospital e principalmente à equipe de médicos orientada pelo cirurgião Doutor Danton da Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, na pessoa do seu Diretor Clínico, Dr. José Carlos Lacerda de Souza.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Universitário do Norte do Paraná tem prestado relevantes serviços a população urbana rural, numa vasta região compreendendo todo o Norte do Paraná e o Sul, do Mato Grosso do Sul.

O recente episódio, a separação de duas irmãs siamesas (em anexo matéria publicada na "Folha de São Paulo", de 14/04/85), vem mostrar a qualidade dos serviços prestados por este hospital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações, ao doutor Luiz Antonio Veloso de Souza, gerente regional do Banco Nacional de Habitação, para o Paraná.

Filho do saudoso Governador, o professor Pedro Viriato Parigot de Souza, Luiz Antonio exerce, desde 1975, o comando do BNH em nosso Estado, antes também responsável pelo atendimento à Santa Catarina. Sem discriminação, vem há anos atendendo as reivindicações dos Prefeitos municipais.

É importante destacar o extraordinário impulso que tem dado na construção da casa própria, extensão da rede água e esgoto aos municípios paranaenses, bem como, já concretizou, junto à alta direção do BNH, enorme quantidade de projetos do desenvolvimento urbano, ajudando, firmemente, na melhoria das condições de vida.

Além da dinâmica, o doutor Luiz Antonio Veloso de Souza marca sua administração com absoluta honradez, admirado por todos, principalmente, por ser uma das grandes reservas morais do Paraná, digno, portanto, da homenagem desta Casa de Leis.

Que a decisão do Plenário seja comunicado ao ilustre presidente do Banco Nacional da Habitação, doutor José Maria Aragão, no Rio de Janeiro, e ao

doutor Luiz Antonio, na sede do Banco, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Affonso Camargo, Ministro dos Transportes para que a BR - 376, conhecida como Rodovia do Café, passe a denominar-se RODOVIA PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoio: ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura seria uma forma de homenagear, com toda justiça, aquele homem que dedicou toda a sua vida à atividade política, que jamais poupou esforços na luta pela democracia e que soube, melhor que ninguém, conciliar toda a Nação brasileira em torno dos ideais de uma República verdadeiramente nova. Nesse sentido, estamos solicitando o empenho e o aval dos Deputados Federais e Senadores paranaenses, para que aquela rodovia, que nasce no Mato Grosso do Sul, corta todo o Paraná indo até a divisa com o Estado de Santa Catarina, seja doravante, mais um espelho do carinho e da confiança que os paranaenses dedicaram a Tancredo Neves. Vale traduzir com perfeição o reconhecimento da comunidade do Paraná para com o grande mártir e símbolo desta nova era política que agora se inaugura, com muito sofrimento mas trazendo consigo as esperanças por uma vida mais digna, com maior participação popular e com maior justiça social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados os Srs. Deputados Federais, pelo Paraná, do PMDB/PDS/PFL, e Senadores do PMDB - Paraná, sugerindo seja denominada a BR-376, conhecida como Rodovia do Café, como RODOVIA PRESIDENTE TANCREDO NEVES.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura seria uma forma de homenagear, com toda justiça, aquele que dedicou toda a sua vida à atividade política, que jamais poupou esforços na luta pela democracia e que soube, melhor que ninguém, conciliar toda a Nação brasileira em torno dos ideais de uma República verdadeiramente nova. Nesse sentido, estamos solicitando o empenho e o aval dos Deputados Federais e Senadores paranaenses, para que esta rodovia, que nasce no Mato Grosso do Sul, corta todo o Estado do Paraná até a divisa de Santa Catarina, seja doravante denominada de RODOVIA TANCREDO NEVES, sendo mais um espelho do carinho e da confiança que os paranaenses dedicaram a Tancredo Neves. Vale traduzir com perfeição o reconhecimento da comunidade do Paraná para com o grande mártir e símbolo desta nova era política que ora se inaugura, com muito sofrimento, mas, trazendo consigo as esperanças por uma vida mais digna, com maior participação popular e com maior justiça

social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Richa, Governador do Estado do Paraná, solicitando seja determinado o envio de verba de Subvenção Social às entidades CRECHE ASSISTÊNCIA BETEL e A.M.A.S., do Município de Sarandi, por se encontrarem em dificuldades financeiras para o prosseguimento da árdua tarefa de estrutura social.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Affonso Camargo, Ministro dos Transportes, apoiando iniciativa do Prefeito de Maringá, Dr. Said Felício Ferreira, solicitando a realização de estudos visando a construção de uma rodovia ligando Maringá a Faxinal dos Mendes, cunfluindo com a Rodovia do Café.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. ARY VELOSO QUEIROZ, Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando a reconstrução da linha de distribuição de energia elétrica no quadro urbano do Município de RESERVA, dentro dos parâmetros de segurança da COPEL.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Reserva vive sobressaltada devido às seguidas interrupções de energia elétrica, motivadas pelo precário estado em que se encontram as linhas de transmissão, que servem a parte central da cidade.

É comum a presença de fagulhas nas linhas próximas aos transformadores que estão localizados em frente ao Banco Real, na Rua Coronel Rogério Borba e no final da mesma avenida.

Os moradores da cidade presumem que os constantes problemas verificados naqueles transformadores, tem por causa o excesso de carga de energia transmitida pelos cabos de alta tensão.

Cada vez que ocorre alguma falha no sistema, o Município de Reserva tem que se socorrer do posto da COPEL situado em Telêmaco Borba.

Essa assistência prestada indiretamente faz com que, em algumas ocasiões, o atendimento somente possa ser prestado no dia seguinte, ocasionando a falta de luz e outras consequências desagradáveis durante o período noturno.

É possível que a reconstrução seja necessária apenas em determinados trechos da rede, mas, a verificação e reparos devem ser procedidos com a devida urgência.

Acreditando na presteza da COPEL, pedimos a

aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Governador do Estado do Paraná e ao Presidente do INAMPS, visando suprir a falta de atendimento médico, conveniente e adequado à população de Santa Terezinha de Itaipu.

Outrossim, REQUER seja dado conhecimento do presente à Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu ao Médico-Chefe do Posto de Saúde local, e a Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A realidade do quadro populacional de Santa Terezinha de Itaipu mostra uma população com aproximadamente 70 por cento de trabalhadores rurais, bóias-frias e carentes, que não contam com qualquer vínculo previdenciário para tratamento da sua saúde.

Tem-se encontrado inúmeras dificuldades para realizar o trabalho no setor, desenvolvido exclusivamente pelo médico do Posto de Saúde, por um período de 4 horas pela manhã e mais 4 horas durante a tarde, como resultado de Convênio firmado com a Prefeitura Municipal também considerando-se a distribuição de medicamentos adquiridos da CEME pelo referido posto e pela municipalidade.

Apesar disso, as necessidades sentidas são bem maiores, pois no município não há um hospital sequer, dificultando qualquer atendimento ambulatorial e hospitalar. Como agravante, a demanda de atendimento médico, por parte de pessoas, com amparo previdenciário, é maior do que as instalações oferecidas, pois em todo o município existem apenas dois tetos de consultas, quando a realidade exige no mínimo cinco tetos para dar abrangência total ao atendimento.

Tem gerado muita dificuldade a locomoção de doentes mais graves às cidades vizinhas, como Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, pois os seus hospitais, conveniente, estão sempre lotados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada a "Carta dos Estudantes Universitários do Oeste do Paraná" ao Ministério da Educação, ao Governador do Estado do Paraná e à Secretária de Estado da Educação, também requerendo o envio a essas mesmas autoridades, visando criar-se a Universidade Federal do Oeste do Paraná, bem como seja dada ciência do teor deste aos Centros Acadêmicos das Faculdades FACISA, de Foz do Iguaçu, FECIVEL, de Cascavel, FACITOL, de Toledo e FACIMAR, de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A região Oeste do Paraná tem dois aspectos significativos e antagônicos, possíveis de se observar em sua evolução histórica. O primeiro deles diz respeito à sua colonização que só se deu há poucas décadas, considerando-se muito recente, portanto, mas conseguindo

níveis de desenvolvimento sócio-econômico que a colocam entre os pólos regionais mais desenvolvidos do País, particularmente pela sua força agrícola e turística.

O segundo aspecto, onde identificamos um grande paradoxo em relação ao primeiro, diz respeito ao abandono pela qual tem passado toda a região, quanto a ganhos significativos na instalação de estruturas que ajudem a nascer, antes, e mantenham preservados, depois, os níveis culturais próprios das comunidades que participam de uma mesma formação psicossocial, como é o caso regional, com população basicamente originária do Sul do País, dedicando-se ao mesmo esforço de exploração do setor primário, e que enfrentou, quando de sua chegada, os mesmos problemas no desbravamento e exploração da terra.

Considerando-se, pois, todos esses aspectos, é importante que se cuide de promover a radicação da chamada "massa crítica" regional, evitando a que inteligências locais migrem em direção a outros centros, tanto para complementar a sua formação educacional, como para transmitir a outros o arcabouço de sabedoria já adquirida.

Nesse sentido, toda a economia da região é beneficiada, pois dirigentes empresariais autóctones conhecem muito mais dos problemas e tendências locais do que pessoas que, eventualmente, sejam trazidas de outros pontos, para suprir a falta de técnicos que se forma em busca de maior aperfeiçoamento.

Relevando-se a necessidade de intercâmbio sócio-político-cultura, mesmo assim, é importante procurar ao menos num nível mínimo, cada técnico, cada intelectual, cada estudante no seu meio.

A criação da Universidade Federal do Oeste do Paraná resolveria esses problemas básicos, além de, seguramente, levar condições de maior abrangência do ensino superior às camadas menos favorecidas da população que hoje tem, no custo do ensino, o grande obstáculo às suas aspirações educacionais e profissionais.

CARTA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO OESTE DO PARANÁ

Este documento foi elaborado a partir das discussões realizadas nos dias 20 e 21 de abril de 1985, em Foz do Iguaçu, no I ENCONTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO OESTE DO PARANÁ.

Participaram deste evento representantes das seguintes Instituições de Ensino:

FACISA — Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu;

FACITOL — Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Bucato" de Toledo;

FECIVEL — Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel;

FACIMAR — Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, e, também, as entidades representativas da comunidade Universitária (UPE, ANDES, FASUBRA e Autoridades Governamentais do Estado).

Considerando a Universidade como importante patrimônio social, que deve ser o organismo vivo da sociedade, e que tem o dever de cumprir um papel fundamental de produção e transmissão de experiência cultural, que não está cumprido.

Face ao modelo implantado, a partir de 1968, estar falido, e o Ensino Superior viver uma crise profunda, que se reflete na rede pública e na particular, assoladas pela falta de verbas, pela paralização de

inúmeras atividades e pela evasão escolar, apresentamos uma síntese da proposta dos estudantes para a
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARANÁ:

1. A Universidade Federal do Oeste do Paraná deverá ser uma Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática e voltada aos interesses nacionais e populares:

a) PÚBLICA E GRATUITA:

Entendemos que a educação, em todos os níveis, é um direito público e dever do Estado e que o ensino público e gratuito é uma garantia de que todas as camadas da sociedade tenham acesso à Educação;

b) AUTÔNOMA e DEMOCRÁTICA:

A Comunidade Universitária deverá ter autonomia na administração dos recursos da Universidade e no direcionamento da sua produção. Que ela seja democrática, aberta e dinâmica, com participação paritária da comunidade Universitária nos órgãos colegiados, eleição direta para reitor e todos os cargos administrativos;

c) VOLTADA AOS INTERESSES NACIONAIS e POPULARES:

Que desenvolva o ensino, a pesquisa e a extensão vinculados à realidade nacional e voltados para a solução dos problemas do nosso País.

2. Que os currículos sejam adequados à realidade regional.

Com a elaboração deste documento consolida-se a unidade dos estudantes do Oeste do Paraná em torno da reivindicação de uma Universidade que atenda aos reais interesses do povo e nos engajamos na luta maior pelas transformações que a sociedade exige.

Foz do Iguaçu, 21 de abril de 1985.

UNIVERSITÁRIOS DO OESTE DO PARANÁ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Affonso Alves de Camargo Netto, Digníssimo Ministro dos Transportes, no sentido de que através do setor competente de sua pasta, seja denominada de Dr. Tancredo de Almeida Neves, o trecho da BR - 376, que liga o Município de Ponta Grossa ao Porto São José, hoje denominada de Rodovia do Café.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoio: FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento de todos que a Rodovia do Café liga o Norte e o Sul do Paraná e que é uma das mais importantes vias de transportes do Estado, foi denominada de Rodovia do Café quando o Estado do Paraná era o maior produtor de café do País, com o término do ciclo do café no Paraná, com a erradicação de inúmeros cafezais e com o plantio de novas espécies vegetais tal como a soja o Paraná deixou de ser o maior produtor de café do País, justificando a mudança ora proposta do nome da Rodovia para Tancredo de Almeida Neves, numa maneira justa e digna do Paraná prestar a sua homenagem a um homem que implantou neste País a Nova República.

Tancredo Neves merece o reconhecimento do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado o expediente ao Ministro dos Transportes AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, solicitando a conclusão da pavimentação asfáltica da Rodovia Br-467, no trecho compreendido entre Toledo e o Distrito de Quatro Pontes, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos foram paralisadas as obras da pavimentação da Rodovia Br-467 e, de acordo com o traço antigo, tal rodovia ligaria Cascavel - Toledo - Quatro Pontes, sendo esta localidade Distrito de Marechal Cândido Rondon.

Infelizmente a conclusão da Br-467 foi relegada ao mais absoluto esquecimento por parte do Governo.

Entendemos que, com o advento da Nova República, é necessário a conclusão dessa tão importante rodovia, servindo para escoar a produção dos grandes celeitos da economia paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Diretor do DER, através da Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a conclusão da pavimentação asfáltica do trecho que liga os Municípios de Goioerê e Iporã.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministro dos Transportes AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, solicitando a liberação de recursos para a Secretaria de Estado dos Transportes possa concluir a pavimentação PR-317 (Rodovia Toledo - Santa Helena), no trecho entre São Clemente e Santa Helena.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A liberação de recursos para a conclusão da PR-317 (Rodovia Toledo - Santa Helena), no trecho que liga São Clemente a Santa Helena passou a ser de responsabilidade da União, devido a demarcação da área para o Lago de Itaipu, sendo que estes recursos deveriam ser repassados ao Governo do Estado do Paraná, através do PRODOPAR, para a viabilização da obra.

Considerando também que aquela rodovia é um dos principais escoadouros da produção agrícola do Estado e também o fato de Santa Helena estar se constituindo numa grande atração turística, depois da construção da praia artificial do lado de Itaipu, entendemos que é fundamental para o desenvolvimento de nosso Estado e da região Oeste paranaense, a imediata liberação dos recursos necessários para a conclusão da pavimentação da PR-317 (13 quilômetros num total de 80 quilômetros).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministro dos Transportes AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, solicitando a pavimentação asfáltica da Rodovia Toledo - Porto Britânia, passando pelas localidades toledanas de Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, com acesso para Cerro da Lola e Km 41, e no Município de Marechal Cândido Rondon pelas localidades de Linha União, São Cristóvão, Vila Margarida e Pato Bragado.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Há cerca de 20 anos, foi realizada a demarcação da estrada Toledo - Porto Britânia, continuidade da BR - 467, passando pelas localidades de Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, com acesso para Cerro da Lola e Km 41 (No município de Toledo) e Linha União, São Cristóvão, Vila Margarida e Pato Bragado (no Município de Marechal Cândido Rondon).

A população de tais localidades reivindica, com justificada razão, a pavimentação asfáltica que, passando nos respectivos territórios distritais, ligará Toledo a Porto Britânia.

Para se ter uma idéia da importância econômica dessas localidades basta que citemos que, somente naquelas situadas no Município de Toledo, existem 60 (sessenta aviários) implantados e 134 (cento e trinta e quatro) em que se desenvolve a suinocultura, além da significativa produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Segurança, Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando a imediata criação e instalação de uma Delegacia Especializada de Entorpecentes em Londrina.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O aumento crescente do uso e tráfico de drogas, principalmente em Londrina e região, que fazem parte de uma rota utilizada por grupos que comercializam entorpecentes, vem preocupando, sobremaneira, as autoridades civis, militares e eclesásticas daquela cidade.

Por ser um problema que carece de urgentes providências, esperamos contar com o apoio do ilustre Secretário, a fim de que o assunto seja colocado na pauta de prioridades daquela Secretaria de Segurança Pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Marco Maciel, Ministro da Educação, manifestando nosso apoio às reivindicações dos alunos do curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A não liberação dos recursos previstos, necessários para o funcionamento normal do curso, resultou no cancelamento de todas as aulas práticas do semestre em curso.

Considerando a grande importância dessas aulas de campo para a formação profissional do futuro geólogo, solicitamos ao Senhor Ministro que preste seu imprescindível e decisivo apoio às reivindicações dos estudantes de Geologia da Universidade Federal do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja novamente encaminhado, pedido de informações à Secretaria dos Transportes, sobre o estudo da viabilidade técnica e econômica do trecho da estrada Umuarama - HERCULÂNDIA via SERRA DOS DOURADOS - IVATÉ, devendo essa Secretaria se pronunciar ainda, se essa importante estrada consta no programa de obras rodoviárias do atual Governo. Vez que, não constatamos nas últimas licitações daquela Secretaria para as implantações de novos trechos rodoviários, a construção da ponte sobre o Rio 215. (Serra dos Dourados - Ivaté).

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

Conforme argumentos do Requerimento anterior datado em 29/06/83, a Região de Umuarama é uma das que mais tem contribuído com o Estado na arrecadação de recursos para o Tesouro do Estado, através de sua expressiva produção, e mais tem colaborado para fixação do homem a terra evitando o êxodo rural, com a manutenção de cafezais em muitos locais que propiciam maior número de empregos e outros tipos de cultura.

A região também tem uma pecuária consolidada com o envio de gado para abate em outras regiões e com uma produção leiteira de vulto que abastece também o Sul de São Paulo e Curitiba. Essas referências e a necessidade de uma malha viária compatível com as necessidades regionais, pelo muito que contribui ao Paraná, nos motiva a fazer o pedido de informações à Secretaria dos Transportes, por ser do interesse de toda uma comunidade paranaense que tem dado um grande esforço na consolidação do progresso estadual.

Como não conseguimos localizar até a presente data, informação alguma sobre pavimentação asfáltica, do trecho Umuarama a Herculanandia, gostaríamos que nos fosse fornecido as seguintes respostas:

- 1) - Previsão da data para essa licitação, como, dia, mês, trimestre, semestre ao ano,
- 2) - se a Secretaria já definiu se o trecho Umuarama, Ivaté, Herculanandia, ficará para uma nova programação,
- 3) - qual a previsão para construção da ponte sobre o Rio 215, (Serra dos Dourados - Ivaté) dia, mês, trimestre, semestre ou ano de sua licitação.

Por ser tratar de uma melhoria asfáltica e que muito irá contribuir para o progresso do Município de Umuarama e região, pedimos e questionamos para uma rápida solução para estas nossas informações.

Essas são as principais razões que nos fazem tomar a iniciativa de um novo pedido de informações

por traduzir as legítimas reivindicações regionais e a necessidade de um esclarecimento que visa única e exclusivamente dar satisfação a uma importante parte da população paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserida nos Anais da Casa, em sua íntegra, a matéria escrita pelo jornalista Antônio Carlos Lacerda, publicada no jornal "Gazeta do Povo", cuja cópia acompanha o requerimento.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrita nos Anais da Casa, a Mensagem enviada pelo Papa João Paulo II. ao Presidente Eleito Tancredo Neves, cuja cópia anexamos ao presente.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O nosso intento de preservar vivos todos os documentos e pronunciamentos notórios que possam contribuir para a consolidação da Nova República, já do conhecimento desta Casa.

É com imensa satisfação que o povo brasileiro recebe, nesses momentos de dor, confortante mensagem assinada pelo Papa João Paulo II, na qual demonstra estar acompanhando, passo a passo, as metas preconizadas pelo Governo Tancredo Neves, ao assim se expressar.

"Sou testemunha da firme determinação com que o Presidente Eleito decidira colocar alguns pilares de essencial importância na base do seu projeto - amplo e generoso, não porém utópico - de uma Nova República. Assinalo, entre outros tantos, o relevo dado a justiça social e a equânime distribuição aos mais pobres e desassistidos na busca de uma sincera concórdia entre todos os brasileiros na tutela e promoção dos direitos humanos fundamentais na participação de todos em um pacto social coerente e eficaz.

Confortado pelo extraordinário congraçamento que o País experimentou em torno do leito de dor do seu Presidente Eleito, com admiração e edificação do mundo inteiro, faço votos não desapareçam com ele mas, sejam levadas com entusiasmo e dedicação pelos responsáveis e por toda a comunidade nacional. Será a melhor e mais concreta homenagem à sua imperecível memória e ao seu sacrifício que se tornará frutuoso para toda Nação brasileira que ele amou extremamente e a qual serviu sem medida".

Esse apelo de Sua Santidade merece ser registrado nos Anais desta Casa com o mais digno e respeitado incentivo à concretização dos objetivos da Nova República, por ele mencionada textualmente.

Conforme já havíamos nos pronunciado anteriormente, as palavras do Sumo Pontífice confirmam que o cumprimento do programa estabelecido pela Aliança Democrática é questão de honra e compete ao povo brasileiro acompanhar a sua fiel execução.

O pronunciamento do Presidente José Sarney à Nação, no dia do infausto acontecimento, cujo

registro estamos solicitando em separado, deve ser tomado como ponto inicial da continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Presidente Tancredo Neves para a consolidação das metas da Nova República, parte das quais estão consignadas em sua mensagem, deixada para os brasileiros em 15 de novembro p.p..

Que as palavras contidas no voto de pesar encaminhado pelo Vaticano pelo falecimento do idealizador da Nova República, pelas quais o Papa João Paulo II, identificou-se como profundo conhecedor dos problemas que afligem a Nação brasileira e emprestou ampla solidariedade ao novo mandatário, a fim de que venha a tornar realidade o projeto, que classificou de "não utópico", sirva de alento para que, preservados os vínculos dessa união nacional já sentida por todos, possa consolidar a posição do Brasil no lugar de destaque que nossa Pátria merece no cenário mundial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Casa os pronunciamentos do Presidente Eleito Tancredo Neves, levado a efeito no dia 15 de novembro próximo passado, bem como o do Presidente José Sarney, levado ao ar no dia 21 de abril do corrente ano, cujas cópias anexamos ao presente.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é feito em complemento àquele anteriormente aprovado por esta Casa, no qual solicitamos ampla divulgação do Programa da Aliança Democrática, das Diretrizes do Governo que ora se instala no Brasil, bem como dos pronunciamentos e entrevistas nas quais o Presidente Eleito Tancredo Neves tenha abordado metas da Nova República.

As mensagens cujo texto solicitamos sejam transcritos nos Anais da Casa, se completam como um todo.

A primeira, diz das intenções do Presidente Eleito e a última, do firma propósito de seu sucessor em cumprí-las integralmente.

Torna-se importante o registro solicitado, pois, na realidade, tratam-se de "Cartas de Intenções" formalmente divulgadas na forma de compromissos, assumidos por ambos perante a opinião pública.

Esses documentos, portanto, são de mais alta importância para todos os brasileiros, pois, representam um compromisso formal para a execução de um programa que interpreta os reais anseios de nosso povo.

A falta de maior divulgação do Programa de Governo da Nova República, esta Casa contará, no futuro, com o registro dos dois pronunciamentos de maior conteúdo e repercussão levados a efeito pelos nossos Governantes Eleitos a 15 de janeiro do corrente ano, ao lado da entrevista coletiva concedida pelo Presidente Tancredo Neves, logo após a sua eleição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o registro nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná da íntegra da "Declaração de Londrina".

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Devido a importância de que se revestiu o Simpósio sobre a Integração Sócio-Econômica do Médio Paraná, realizado em Londrina nos dias 18 e 19 deste mês de abril;

O documento, cuja íntegra é anexada a este requerimento, foi firmado pelos representantes da República do Paraguai, das Províncias Argentinas de Corrientes e Misiones e dos Estados brasileiros de Mato Grosso do Sul e do Paraná.

A iniciativa do Governo do Paraná, da Prefeitura Municipal de Londrina e da Sociedade Rural do Norte do Paraná, merece todo apoio e atenção da Assembléia Legislativa do Estado, pois abre perspectiva de uma efetiva integração econômica, cultural e social da região do Médio Paraná, passo importante rumo a integração latino-americana e à quebra da nefasta dependência destes países em relação às atuais amarras do sistema econômico internacional.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica o prédio que abrigará os Gabinetes dos Senhores Deputados, denominado "Presidente TANCREDO NEVES".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: SABINO CAMPOS
ANIBAL KHURY
CAÍTO QUINTANA
EDUARDO BAGGIO
EDMAR LUIZ COSTA
FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Por estranhos desígnios da Providência Divina, a Nação se sente órfã no exato momento em que se preparava para trilhar triunfante os caminhos que a conduziam à Nova República.

A morte do Doutor TANCREDO NEVES, num quadro que marcava a caminhada de volta a democracia plena, traumatizou toda a Nação, mas, ao mesmo tempo, fez unir forças para a trajetória da esperança.

A afeição que cerca os brasileiros — que antes de iniciar a jornada democrática se vêem privados do comando austero daquele a quem haviam escolhido como guia — retrata o perfil que foi a vida do Dr. Tancredo Neves, cercada do respeito de todos os brasileiros.

O País viveu intensamente a aflição da doença e vive com emoção maior a morte do Dr. Tancredo Neves como se fora a angústia de quem perdeu seu pai, mais do que o "Timoneiro" que o conduziria, pelos caminhos da esperança. O caminho foi traçado por ele. Seguí-lo não é só dever dos cidadãos; é homenagem que os brasileiros de todos os quadrantes prestarão a este homem simples de São João del Rey, que na tradição mineira e cristã soube encontrar o traço que hoje nos une na adversidade para construir o futuro melhor.

O nome do grande estadista Tancredo Neves, ao prédio que abrigará os gabinetes dos Senhores Deputados, simbolizará para todo o sempre esse encontro raro de

homenagear-se o líder ausente, o guia, o timoneiro, é, que seu exemplo seja a inspiração de todos nós, banhando com a luz da esperança a face do Brasil.

Neste momento de dor para a Pátria, no instante em que a Nação assiste consternada e perplexa o fim do longo sofrimento do Presidente Tancredo Neves, e o seu desenlace comove o País, cabe lembrar, com saudade e pesar, o ilustre homem público que por mais de quatro décadas teve participação importante nas grandes decisões nacionais, e o povo do Paraná, através de seus representantes, se irmana aos irmãos brasileiros, denominando de Presidente Neves o prédio dos Gabinetes dos Senhores Deputados, cabendo a todos nós manter vivo e atuante seu exemplo de honradez, de dignidade em todos os recantos da Nação soberana, livre, capaz de gerar homens como o Doutor Tancredo Neves, criador da Nova República, que em seu sofrimento de 39 dias, uniu o País numa corrente de orações e esperanças. Durante a Semana Santa, no início deste mês, muitos bispos lembraram que o Brasil vivia de novo o sofrimento do Calvário. A cruz estava na UTI do Instituto do Coração. O confrade de São Francisco passou por mais essa "via crucis".

"Nenhum político na história contemporânea o excedeu no Amor do Povo". (José Sarney).

"Sem você, esmagados pela dor e pela separação, ficamos mais fortes e decididos, na companhia da memória e de seu exemplo". (Ulisses Guimarães).

"Morreu Tancredo Neves, morreu o amigo, avô, marido e pai. Morreu o amigo da família. Morreu o amigo que era irmão dos irmãos. Acima de tudo morreu o grande e apaixonado amigo do Brasil. Logo agora, quando o povo tanto necessita de amigos corajosos, leais e talentosos perde o maior deles e o líder de todos eles, aclamado pelas praças, ungido pelas ruas, carregado triunfalmente por multidões. Adeus Tancredo. Sem você, embora esmagados pela dor e pela separação, ficamos mais fortes e decididos na companhia de sua memória e seu exemplo. A fatalidade decretou que o eleito não governasse seu povo, mas você não nos abandonou. A homenagem sincera e conseqüente dos que choram será impedir qualquer recuo na caminhada pelas instituições livres que se consolidarão através da Assembléia Nacional Constituinte. Entregue a Deus pelo seu santo, São Francisco, você vai inspirar a salvação do Brasil. Morreu Tancredo Neves, contudo a ressurreição de sua voz conclama os brasileiros: viva a liberdade, viva a democracia, viva a República! (Ulisses Guimarães).

**ASSIM FALAVA O GRANDE ESTADISTA —
TANCREDO DE ALMEIDA NEVES**

Durante sua campanha eleitoral e até ser proclamado Presidente do Brasil, Tancredo de Almeida Neves transmitiu à Nação, em diversos momentos, sobretudo diante das grandes concentrações populares, suas idéias voltadas para um novo tempo. Em suas mensagens, Tancredo externava permanentemente sua preocupação com os problemas do Brasil, ao mesmo tempo em que reafirmava, com força e fé, sua confiança no futuro do País.

Para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, transcrevemos alguns de seus pensamentos:

As constituições não são obras literárias, nem documentos filosóficos. A constituição é uma carta de compromissos, assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade.

É mister que prevaleça sobre o medo, decorrente da antecipação de riscos, a confiança de que seremos capazes de instalar a esperança no futuro do Brasil.

Se Deus quisesse castigar os homens, ele não encontraria, através do diabo, instrumento mais eficiente do que a inflação. Combate-se a inflação com trabalho, muito trabalho e muito trabalho.

Não se mobilizará a Nação sem reinstalar no coração de seu povo a confiança no futuro, na capacidade brasileira de desenvolver-se graças ao trabalho e à iniciativa de seus homens.

Não há economia forte com sindicatos fracos. A autonomia sindical é imprescindível à construção democrática do País.

Quaisquer que sejam os agravos do passado, temos que buscar a união de todos os brasileiros de boa vontade, para a restauração dos valores que perdemos.

Os artistas sempre estão onde está o povo. Pela inteligência e pelo trabalho, transformam-se em apóstolos da cultura, em intérpretes da alma nacional.

Assumo diante de nosso povo o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com urgência necessária, discutir e aprovar nova carta constitucional.

Orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio.

Os trabalhadores e seus familiares não podem, sem emprego, pagar pelos erros da administração previdenciária.

Conheço cidadãos cassados, conheço grupos cassados, mas cidade cassada só conheço Brasília.

A identidade de um país está também na sua natureza. O progresso, indispensável, terá de ser conquistado com o respeito pelo ambiente natural. A vida é o bem absoluto dos homens. Não pode haver vida em um ambiente assassinado pela cupidez de alguns.

As sociedades que atingem elevado grau de maturidade nas relações econômicas e sociais dão grande importância às reivindicações dos consumidores.

Enquanto houver neste País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa.

O Brasil quer e precisa de colaboração internacional. É perfeitamente possível conciliar os interesses e a soberania nacional com a participação do capital estrangeiro em nosso desenvolvimento.

Nos regimes democráticos os planos devem conter as legítimas aspirações sociais.

A grande dívida do Brasil é a dívida social.

O entendimento nacional não exclui o confronto das idéias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem o morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais.

Só os realmente fortes conseguem vencer esses terríveis obstáculos da alma, que são o ressentimento e a frustração pessoal, diante da necessidade de apertar a mão do adversário de ontem.

Em um país como o Brasil, toda a política de crédito deve ser conduzida, dentro de uma premissa: não podem faltar recursos à agricultura.

A Amazônia era um sonho no coração do mundo, mas agora não é mais um sonho e sim uma importante realidade do País.

O Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das prioridades nacionais.

Não sei avaliar quando o povo foi maior: se quando rompeu as barreiras da repressão, e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, nisso vencido, não se submeteu, e com extrema maturidade política exigiu que agíssemos dentro das regras impostas, exatamente para revogá-las e destruí-las.

Não podemos sentir orgulho de cidadãos, enquanto houver, neste País, tanto sofrimento e tanto ultraje. Temos que transformar, e logo, as declarações gerais em favor da justiça social, em atos concretos.

Que a figura das intervenções sindicais, que a figura das demissões em massa das lideranças sindicais, que a inelegibilidade das lideranças sindicais por motivos políticos desapareçam definitivamente da nossa sociedade.

O modelo econômico que nos foi imposto é basicamente iníquo, porque faz cair sobre os ombros dos trabalhadores todo o peso de seu custo social.

Os homens públicos não se fazem de especial natureza. Eles se encontram sujeitos à fragilidade da condição humana.

A força da terra e o trabalho dos homens serão o alicerce para a construção de um país industrialmente desenvolvido e politicamente respeitado.

Não fomos capazes, nesta década de presunçoso crescimento, de dar trabalho a todos os brasileiros.

Os trabalhadores brasileiros já não têm mais sacrifícios a dar. Eles já estão cortando a própria carne para assegurar a sua sobrevivência. Se eles não podem dar cota de contribuição econômica, eles podem dar uma contribuição substancial em termos de assegurar um clima de compreensão e de convivência social.

Não será um tempo de milagre, nem de ostentação constrangedora. Tudo faremos para que os brasileiros tenham direito ao trabalho, à honra e à liberdade.

— A constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo.

— Não teremos a Pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão em plena consciência dessa dignidade.

O que existe de mais grave no Nordeste não é a seca, não é a miséria, não é a fome, é o abandono dos nordestinos, esquecidos de todos os Governos.

O nosso pacto social afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodação e revanchismo, para abrir o País a uma nova estação da história.

As relações entre o capital e o trabalho reclamam novo ordenamento jurídico. A consolidação das leis do trabalho é um diploma envelhecido no arbítrio, que desmerece aos desempregados e não serve aos empresários. O código só tem servido para iludir os trabalhadores e intranquilizar as empresas.

O Brasil só será a grande Nação que sua gente merece quando houver zonas de depressão social e econômica na Geografia do País.

Entre as raízes de nossa cultura está a forte presença indígena, cabe-nos ouvir a voz reivindicante destes brasileiros mais autênticos, e encontrar os meios de integrá-los na vida moderna, sem que isso signifique agredir seus costumes e suas crenças.

A mulher só será realmente emancipada quando tiver as mesmas oportunidades políticas dos homens. Elas devem participar das decisões nacionais e da administração pública, com sua inteligência e seu discernimento político, em plena igualdade, e sua presença não pode ser vista como acontecimento insólito.

— Concito-vos ao grande mutirão nacional. Não há um só de vós que pode ser dispensado desta convocação. A cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente em favor da comunidade.

Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de novas fronteiras.

Não há Pátria onde falta democracia.

Convoco-vos ao grande debate constitucional, depois, nos próximos meses, discutir, em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos Parlamentos, nas universidades, nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo.

— Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis.

A recuperação dos instrumentos políticos servirá para a conquista de nosso orgulho nacional. Perdemos num emaranhado de atalhos e retornamos, agora, ao caminho real.

— Não vamos nos dispersar, continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer desta uma grande Nação. Vamos fazê-la.

— Uma censura que simplesmente cerceia a criação, que amordace a inteligência, que abastarde o pensamento, não terá lugar no Brasil democrático que vamos implantar com a ajuda do povo.

— No avanço de nossas instituições políticas, na fixação dos limites de nosso território, o Brasil sempre ofereceu a moderação como motor de seu progresso, inspirador de suas ações e do seu engrandecimento.

— A participação da comunidade negra na vida econômica social, política e artística no Brasil, não pode ficar limitada a umas poucas explosões de genialidade ou rasgos de formidáveis valores pessoais que não se podem conter dentro de uma segregação sempre negada, mas nunca extinta. O lucro sem trabalho e sem risco é imoral, impatriótico e suicida.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 58 do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução nº 71/80, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo Único — A Assembléia poderá, através de requerimento escrito, dispensar da Redação Final aos projetos aprovados em 3.ª discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoiamento: Anibal Khury.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 59/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Senhora RISOLETA TOLENTINO NEVES.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: EDGARD PIMENTEL, DONATO GULIN, DIRCEU MANFRINATO, ROBERTO REQUILÃO, ERVIN BONKOSKI, ANTÔNIO ANNIBELLI, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, CAÍTO QUINTANA, TADEU FRANÇA, AIRTON CORDEIRO, HERMAS BRANDÃO, NELSON BUFFARA, ODENI MONGRUEL, ACIR MEZZADRI, GABRIEL MANOEL, TÉRCIO ALBUQUERQUE, SABINO CAMPOS, FERRARI JÚNIOR, QUIELSE CRISÓSTOMO, GILBERTO CARVALHO, AUGUSTO CARNEIRO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EDMAR LUIZ COSTA e ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

Nestes momentos difíceis por que passa a Nação, com o falecimento do Presidente Tancredo de Almeida Neves, dona Risoleta deu-nos um exemplo de rara coragem, patriotismo e civismo, através de sua firme postura à frente

dos acontecimentos. Foi ela que, como disse o jornalista José Augusto Ribeiro, consolou a Nação, exatamente no momento em que era ela que precisava ser consolada, diante do falecimento de seu marido. Uma mulher de fibra, corajosa e decidida que deve orgulhar todas as mulheres brasileiras.

Dona Risoleta Neves confirma, mais uma vez, a tradição de que por trás de um grande homem existe sempre uma grande mulher. Tancredo Neves foi grande. Dona Risoleta continua sendo grande. Uma dama de exemplar conduta e sabedoria política e humana. Sem dúvida, um alento e um orgulho para o povo brasileiro.

Sofrendo com a doença do Presidente Tancredo, Dona Risoleta encontrou forças para, após 39 dias de dedicação ininterrupta, manter a cabeça erguida e os olhos voltados para a Nação, que sofria com ela. Dona Risoleta atravessou toda a vida pública de Tancredo Neves ao seu lado e só agora, num momento tão difícil, a grande dama que sempre foi, revela-se ao povo brasileiro. Requisitada pelo sofrimento de Tancredo ela mostrou-se tão forte como jamais imaginávamos. Valente, Dona Risoleta nos faz lembrar a História do Brasil, onde ela certamente terá um lugar ao lado de grandes personagens como Anita Garibaldi, que acompanhou o seu Giuseppe em suas lutas no Brasil e na Itália, sempre incansável e batalhadora.

A Nação precisa de Dona Risoleta hoje. Ela é quase que um laço que une o povo ao Presidente Tancredo, agora descansando na eternidade. Mas, muito mais do que isso, precisamos de Dona Risoleta pela extraordinária figura humana que é, conquistando o coração e a simpatia de todos nós com sua simplicidade e sua conduta irrepreensível.

Diante desta espetacular pessoa humana, sentimo-nos honrados em poder oferecer o título de Cidadã Honorária do Paraná à Dona Risoleta Toelintino Neves, para que sua ação perpetuada em nossa memória e seu exemplo se tornem inspiração para todas as mulheres paranaenses e brasileiras.

PROJETO DE LEI Nº 60/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

- Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL", com sede e foro na Cidade de Curitiba.
- Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) DONATO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade que se pretende declarar de utilidade pública, está em efetivo funcionamento e tem por finalidade desenvolver e manter um Centro Samaritano de Prevenção do Suicídio segundo o Regimento Interno publicado pelo Centro de Valorização da Vida, e desenvolver e manter outros trabalhos assistenciais necessários ao desenvolvimento do Centro Samaritano.

PROJETO DE LEI Nº 61/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

- Art. 1.º — Fica assegurada a promoção vertical, por habilitação, para a classe E, nível de vencimento 5, do Quadro Próprio do Magistério Público

Estadual, a professores efetivos do Estado, devidamente habilitados por Curso de Licenciatura Plena em sua disciplina ou Área de Atuação, que se acham em época de aposentadoria e tenham efetivamente requerido sua aposentadoria.

Parágrafo Único — O ato da promoção aludida no "caput" desde artigo dar-se-á no próprio ato da aposentadoria do interessado.

Art. 2.º — Ficam revogadas, em caráter excepcional, as disposições que contrariem a presente lei, nas condições da mesma.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 62/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

- Art. 1.º — Passa a chamar-se Município Presidente Tancredo Neves, o recém criado Município de São José, desmembrado do Município de Maria Helena.
- Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem o objetivo de prestar homenagem do povo paranaense a Tancredo de Almeida Neves, Vereador, Deputado, Senador, Primeiro-Ministro, Governador de Minas, Presidente eleito da Nova República, falecido antes de assumir o cargo, sem dúvida, um dos maiores homens públicos da história política do Brasil.

O Município Tancredo Neves já possui uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, com um comércio muito operoso com a agricultura diversificada, sendo o algodão, o ponto alto. O município está em franco crescimento, com excelente expectativa de um futuro promissor.

Denominá-lo Presidente Tancredo Neves é uma homenagem muito justa do povo paranaense a um homem que a fatalidade impediu que realizasse as grandes reformas reclamadas pela população brasileira.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como deve ser do conhecimento dos Srs. Deputados, Curitiba sediou em setembro do ano passado, a Décima Quarta Conferência Interamericana de Escotismo.

O Escotismo no Paraná, que eu tenho a honra de presidir, em nome do Brasil, organizou essa conferência, que teve a presença de cerca de 40 Delegações dos Estados das Nações Americanas, inclusive observadores europeus.

Naturalmente, que a região do Parana organizou, em nome do escotismo brasileiro, a conferência que

levou uma semana. Foi um sucesso, como demonstrou uma série de correspondência que o Movimento Escoteiro, no Paraná, recebeu, do mundo escoteiro das várias nações que compareceram ao conclave. Na oportunidade, para poder ter êxito a programação dessa conferência, a União dos Escoteiros do Brasil, região do Paraná, teve que contar com o apoio de muitas instituições governamentais. E não faltou o apoio desta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O então Presidente, Deputado Trajano Bastos de Oliveira e toda a Comissão Executiva, deram todo o apoio possível para que a conferência tivesse o sucesso que realmente teve. E no desenrolar da conferência, eu tive a honra de propor à mesma, que se desse à Assembléia Legislativa do Paraná, o certificado de agradecimento. E hoje, eu tenho a honra de passar às mãos do Presidente Nilso Sguarezi, o diploma que oferece a esta Casa, a este Poder, os agradecimentos do Movimento Escoteiro Interamericano Brasileiro e Paranaense.

Passo a ler o diploma, Sr. Presidente:

"A Décima Quarta Conferência Interamericana de Escotismo, outorga o presente certificado de agradecimento à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por sua contribuição à realização exitosa da mesma e ao desenvolvimento do Movimento Escoteiro, na região escoteira interamericana. Curitiba, Paraná, Brasil, aos 7 dias do mês de setembro de 1984. Sempre pronto para servir".

Assinam o certificado, Sr. Presidente, o Sr. Rolando Gonzalez-Echemendia, Presidente do Conselho Interamericano de Escotismo; Arturo Santacocoma, como Secretário Executivo do Conselho Interamericano de Escotismo. E Paulo Ari Gaio, como Coordenador Geral da Décima Quarta Conferência Interamericana de Escotismo.

Cumpro um dever com o Movimento Escoteiro e passo às mãos de Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi, o diploma de agradecimento do Movimento Escoteiro pelo apoio que este Poder deu a este movimento, quando da realização, em Curitiba, em nome do Brasil, da Décima Quarta Conferência Interamericana de Escotismo.

Era só, Sr. Presidente. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, a Presidência quer agradecer ao nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, por ter sido o porta-voz do escotismo e ter inclusive representado esta Casa naquele congresso.

Com a palavra o Sr. Deputado Odeni Mongruel, orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por designação desta Assembléia, estivemos em Brasília, na companhia dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Lúcio Machado, Dirceu Manfrinato, Gilberto Carvalho e Edgard Pimentel, levando a manifestação deste Poder e por extensão, da sociedade paranaense, às homenagens prestadas em Brasília, ao Presidente Tancredo Neves. (Lê):

"Abate-se sobre nós o sentimento de luto e de dor pelo falecimento do Presidente eleito Tancredo Neves.

Perdeu o Brasil, um dos maiores estadistas que a sua História registra e consagra. Foi notável Presidente sem haver exercido a Presidência da República.

Diz-se que, vive-se a priori e a História registra a posteriori.

Tancredo Neves, com sua atuação política, escreveu vivendo o seu próprio registro histórico.

Fez de sua vida pública um cortejo fascinante de adolescência à sepultura.

A lição que deixa ao povo brasileiro, em especial aos homens públicos, é a do exercício do diálogo e a da conciliação.

A coerência, a serenidade e a humildade eram ingredientes de sua sabedoria política e davam sustentação à sua imagem de estadista.

No ápice das crises nacionais, demonstrou que, o uso da palavra com dignidade e respeito ao outro, é a forma de vencer o pânico e evitar o radicalismo.

Fez política, conversando. Usou a palavra como instrumento de aproximação e de conquista. Dialogou o tanto que se fez necessário.

De um povo com muito sentimento e emoção, tornou-se o líder racional na reconstrução democrática do País.

Graças a essa conduta decisiva de Tancredo Neves, redime-se no momento o conceito do político no Brasil, porém, cresce-lhe a responsabilidade.

Definiu Tancredo Neves os ideais da Nova República e traçou os caminhos para alcançá-la.

No esforço tão humano de buscar interpretar os desígnios de Deus, indagamos de porque Tancredo Neves não assumiu a Presidência da República?

O restabelecimento da crença e da confiança do povo brasileiro nas novas relações entre o Estado e a Sociedade, como Tancredo Neves propôs, foi sem dúvida a grande e definitiva obra que lhe competiu cumprir.

Nesse aspecto, não poderia, pois, ser maior do que foi.

Ao Presidente Tancredo Neves, coube, catalizar, por esta determinação divina, o sentimento de brasilidade em benefício da união nacional.

Compôs, assim, a força propulsora exigida à reorganização política, econômica e social do País, desejando-se mais justo e pujante, conseqüentemente mais democrático.

Quanto aos resultados da execução da proposta da Nova República, caberão a nós todos, indistintamente, a partir de agora, conquistá-los pelo nosso próprio esforço e mérito".

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara, no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para dar conhecimento à Casa que, com uma assessoria altamente especializada, estamos elaborando um projeto de lei para criar, no litoral do nosso Estado, uma universidade, a exemplo das que existem em Ponta Grossa, Maringá, Londrina.

Esta universidade, que tem sido o anseio nos últimos 10 anos, da mocidade estudantil do litoral, teve, no ano de 79, através do então Deputado Accioly Neto, um trabalho que culminou com a apresentação de um projeto de lei, que foi, nas Comissões de Justiça, e Finanças, qualificado como inconstitucional. Mas, eu pergunto ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados:

Por que dois pesos e duas medidas?

Por que criaram em Ponta Grossa, Londrina e Maringá, universidades estaduais, e porque não pode ser criada no litoral?

Eu tenho plena convicção que os Deputados farão justiça quando tiverem que analisar a viabilidade, a implantação da universidade no litoral e eu conto a Casa incondicionalmente, com os Deputados das três

bancadas para que possamos levar a bom termo, o sonho que lá se vai por mais 10 anos, de todo o litoral do nosso Estado.

Preciso da participação de todos os Srs. Deputados e por isso conclamo-os para que, na semana próxima, quando apresentar esta matéria, tenham todos os Srs. Deputados como tenho eu, em mira, tenho por objetivo, por escopo, a premente necessidade dessa universidade.

É apenas uma observação que faço a priori, para que os Srs. Deputados já pensem, já analisem com antecedência e possam colaborar comigo para que o litoral tenha esse sonho tornado realidade, a universidade do litoral.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

“Depois da irreparável dor que prossegue desfiando e sangrando no peito de cada um dos 130 milhões de brasileiros, imperioso se faz que o martírio de Tancredo Neves tenha inúmeros e substanciais desdobramentos. O fundador da Nova República está morto, mas ele vive no coração, na alma, no sofrimento, nas saudades e nas lágrimas do povo brasileiro. E é este mesmo povo amadurecido e cristalizado pela dor que, entre suspiros e rogos, quer participar, assumir o leme, transformando-se de fato em autor de seu próprio destino.

Senhores Congressistas, a última grande jornada cívica de Tancredo Neves teve como cenário os palanques das DIRETAS-JÁ em todos os quadrantes do Brasil. E foi no calor da jornada democrática, que Tancredo Neves enfeixou em sua pessoa até mesmo o que seria uma contradição: fez-se o primeiro Presidente da República que, pela via indireta, SAGROU-SE DE FATO COMO O PRESIDENTE DE FATO DAS DIRETAS-JÁ.

O Brasil quer participar. E é dentro deste espírito de crença em nosso povo ordeiro e sedento de participação, que os Senhores Senadores e Deputados Federais podem ter a absoluta certeza de que as lágrimas de dor haveriam de converter-se em regozijo pela outorga efetiva à nossa gente, da oportunidade de homenagear o fundador da Nova República, escolhendo o seu sucessor pelo voto direto num futuro próximo, e que poderia ser, no mais tardar, o dia 15 de novembro de 1986, quando os brasileiros estarão sendo convocados a eleger governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Na condição de Presidente do PDS em passado recente, quiseram as circunstâncias que o Senhor José Sarney, substituto e não sucessor de Tancredo, se convertesse em carro-chefe dos funerais das Diretas-Já em todos os recantos do Brasil. De um lado, na época, rugia em estertores o autoritarismo. Do outro, em meio ao povo brasileiro, estava Tancredo Neves... cujos funerais foram presididos - ironia do destino - pelo mesmo carro-chefe que ainda ontem presidia ao sepultamento das Diretas-Já...

O povo quer votar. Ordeiro, maduro, responsável, participante, o brasileiro espera do Congresso Nacional uma Emenda à Constituição que lhe devolva a prerrogativa do voto em seu Presidente a 15/11/86. E o Presidente José Sarney, então convertido em novo precursor da libertação de um povo haveria de configurar-se no grande maestro desta orquestra

cívica aguardada ansiosamente por todos os brasileiros. E a história, fazendo-lhe a correção adequada, ao invés de carro-chefe dos funerais das Diretas-Já, haveria de distingui-lo para todo o sempre, como o carro-chefe do ressurgimento das Diretas-Já”.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Tuguo Setogutte.

O SR. TUGUO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, ocupamos esta tribuna para, através de um requerimento, fazermos um apelo para esta Casa, para que dê o seu apoio - irrestrito - no voto de congratulações pela equipe médica do Hospital Evangélico desta Capital. Que, nesta semana que passou, conseguiu, através de um esforço quase que pessoal, pelas dificuldades que os hospitais brasileiros passam no momento, pelo momento que atravessam as organizações hospitalares nesta país, quando nós tivemos problemas - graves - trazidos a público pelas equipes médicas de outros estados e de outros hospitais.

O Evangélico de nossa cidade e desta Capital, com muito orgulho, exhibe para o país e para o mundo, o sexto transplante cardíaco realizado neste país. Nós sabemos e também na condição de médico, quanto difícil é e quanto difícil se tornará daqui para frente a sobrevivência desse homem que recebeu um novo coração. Mas também sabemos que junto a isto, tudo, junto às dificuldades, sobra a experiência necessária neste campo ainda bastante difícil, principalmente dos transplantes, pelas rejeições que sempre têm se acumulado através dos transplantes efetuados no mundo todo.

E é por isso, pela sua coragem, por ser o primeiro e por ter tido um bom êxito é que eu creio que esta Casa tem que se associar e, jubilosamente, dizer da sua satisfação que este Plenário terá com o sucesso que terá de ser absoluto.

Em outro requerimento estamos pedindo a interferência da Secretaria dos Transportes para um problema de Umuarama, que já se arrasta há muitos anos, com referência ao traçado da rodovia que ligará Umuarama a Herculândia, distrito com mais de 70 Km da sede e que, tem se arrastado também, como tantas outras obras naquela região e não tem tido o devido acatamento por parte do Senhor Secretário dos Transportes.

É nestas condições que fazemos esse pedido de informações para saber se, realmente, a Secretaria dos Transportes tem os estudos, a que altura ela se encontra, se Herculândia e Waté, o último trecho dessa estrada será feita numa única etapa. E, quando nós estamos acompanhando através dos editais, quilômetros e quilômetros sem licitação e não vemos a região de Umuarama, mais precisamente o Noroeste do Estado, ser agraciado ou ser lembrado pelo Senhor Secretário e pelas autoridades estaduais, nós, de público, queremos aqui trazer o nosso protesto e através deste protesto, esse requerimento. Para que al menos se salvasse as pessoas que com muito carinho e com muita honra, como o nosso caso pessoal, têm a responsabilidade de responder pelos destinos políticos daquela área.

E assim é que estamos enviando, encaminhando a esta Casa um requerimento, à qual pedimos que o Senhor Secretário, com a máxima brevidade, nos

dê as respostas para que possamos acompanhar mais de perto este angustiante problema daquela região de Umuarama e dos municípios vizinhos.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, no Horário das Lideranças consulto à Liderança do PDS se deseja usar do seu horário.

Havendo declinado, consulto o Partido da Frente Liberal se deseja usar do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB, se deseja ocupar seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez devesse essa Liderança, no dia de hoje, fazer um pronunciamento oficial do PMDB. Mas, consternados, constrangidos pelo desaparecimento do Doutor Tancredo Neves, achamos que o silêncio da nossa bancada se soma ao silêncio e ao constrangimento do Brasil inteiro e que talvez o discurso mais forte, a palavra mais alta seja exatamente não falar, como homenagem dos Parlamentares do nosso partido ao trágico desaparecimento do Doutor Tancredo Neves.

Que o nosso silêncio seja o mais eloquente pronunciamento em homenagem póstuma a este grande brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Antes de passarmos à Ordem do Dia, gostaria de lembrar à Liderança do PDS, da necessidade de fazer a indicação às Comissões Permanentes da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja reincluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 168/84, uma vez que já

correu o prazo pelo qual sua retirada havia sido solicitada. —

Defiro. Inclua-se na Ordem do Dia.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs.

Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 22/85 (Mensagem n.º 64/85), que autoriza abertura de Crédito Especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, no valor de Cr\$ 501.000.000 e Cr\$ 11.000.000, respectivamente. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 339/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 240/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Mitra Diocesana de Paranaguá, uma área de 753m², parte de área maior, situada na cidade de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado, conforme parte de Transcrição n.º 116, do Livro 3-A, fls. 35, em 07/03/51, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 290/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao Inciso II do Art. 17, da Lei Complementar n.º 14, de 26/05/82 (Ter completado vinte e um anos de idade e contar com menos de trinta e cinco anos). Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade e com Parecer Favorável da C.R.H., por unanimidade. — Em discussão o projeto e o substitutivo. Em votação. — **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que autoriza o Poder Executivo doar área de terra constituída do lote urbano n.º 09, da quadra n.º 15, à ACAS — ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS, com sede e foro na cidade de Cascavel, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SIQUEIRA CAMPOS, com sede e foro na cidade de Siqueira Campos. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 02/85), que objetiva aplicar na concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, os critérios estabelecidos pelo Art. 77, da Lei n.º 7297, de 08/01/80, com a redação dada pela Lei n.º 7878, de 04/07/84. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. —

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA N.º 01
AO PROJETO DE LEI N.º 16/85

OK
Wec.

Art. — O Projeto de Lei n.º 16/85, fica acrescido de artigo com o seguinte teor:

"Art. 1.º —

Art. 2.º — A gratificação de que trata o artigo anterior tem como suporte de incidência de cada percentual o vencimento e a representação percebidos pelo Conselheiro, Auditor ou Procurador, não incidindo no valor agregado dos adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de janeiro de 1985.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA

EDMAR LUIZ COSTA

TADEU FRANÇA

FERRARI JÚNIOR e

SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda adequar o projeto de lei ao disposto pelo Acórdão do Supremo Tribunal Federal, com relação à Representação n.º 1225-5-RR, de 27 de março de 1985, em que constam como Representante o Procurador Geral da República e, como Representados, o Governador e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que decidiu pela aplicação dos critérios contidos no Decreto Lei n.º 2019/83, por unanimidade.

Desta forma, pretende-se antecipar o saneamento de um problema que, fatalmente, viria a ocorrer, deixando-se a redação do projeto de lei do modo como constava.

E, ainda, uma outra Emenda de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA N.º 02

AO PROJETO DE LEI N.º 16/85

Acrescente-se ao Art. 1.º o seguinte parágrafo:

"Parágrafo Único — A Gratificação de que trata o "caput" deste artigo será igualmente paga, a partir de 1.º de janeiro de 1985, aos demais funcionários daquele Tribunal".

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento:

TADEU FRANÇA

SABINO CAMPOS

NELSON BUFFARA

ACYR MEZZADRY

FERRARI JÚNIOR

TUGUIO SETOGUTTE e

ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Em discussão o projeto e as emendas. Em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, Srs. Deputados.

Novamente quero registrar da tribuna desta Assembléia, o inteiro teor do Art. 98 da Constituição Federal.

"Art. 98 — Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de

atribuições iguais ou assemelhadas.

Parágrafo único — Respeitado o disposto neste artigo, é vedada vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público".

A única exceção constitucional de vencimentos equivalentes é a exceção para os Ministros do Tribunal de Contas que, em relação aos vencimentos, são equiparados aos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

Nesta oportunidade, para o maior esclarecimento dos Srs. Deputados, quero trazer a esta Assembléia um julgado do Supremo Tribunal Federal, publicado no "Diário da Justiça" no dia 13/02/81. Tribunal Pleno, o acórdão é o seguinte, e eu lerei em seu inteiro teor:

"Constitucional. 1) vinculação e equiparação de vencimentos dos membros do Ministério Público Estadual aos dos cargos da Magistratura, mediante invocação da regra constitucional de paridade (Artigo 98, da Emenda Constitucional de 69) e simultânea a afirmação de semelhança entre as respectivas atribuições. Inconstitucionalidade do parágrafo primeiro do artigo 59 da Constituição do Estado de Goiás, introduzido pela Lei Complementar n.º 19, de 16/06/78; 2) vinculação e equiparação de estípedios do Procurador do Estado e outros funcionários, inclusive Auditores do Tribunal de Contas e do Conselho de Contas, e Procuradores da Fazenda junto a esses órgãos aos do Ministério Público. Inconstitucionalidade das regras das leis constitucionais n.ºs 20 e 24 do mesmo Estado, ambas de 1978, que nesse sentido dispuseram. 3) Escalonamento do vencimento básico de delegados de polícia e vinculação de estípedios aos dos membros do Ministério Público. Inconstitucionalidade das regras da lei Constitucional número 25, também de 78, que assim dispôs em contrariedade ao parágrafo único do Art. 98 da Constituição Federal, e quanto ao escalonamento, também com ofensa à norma constitucional.

Isto significa que desde 1981, a jurisprudência mansa e pacífica do Supremo Tribunal Federal, acabou com o repicão, acabou com o repicão, no entanto, uma vez que eu verifico nesta Assembléia a disposição de votar a mensagem do Excelentíssimo Sr. Governador que estabelece esta equiparação porque realmente os salários do Tribunal de Contas são muito baixos, eu me suportando, num doutrinador de extrema oportunidade para esta ocasião, o Stanislaw Ponte Preta, coloco para o Plenário o seguinte argumento:

Restaure-se a moralidade ou que se locupletem todos, neste sentido, uma vez que a Assembléia pretende votar matéria inconstitucional, estou com alguns outros Deputados apresentando uma emenda, para que esta inconstitucionalidade seja estendida a todos os funcionários do Tribunal de Contas.

Não vejo porque atoplemos a Constituição em parte, vamos fazer completamente, atendendo a um número maior de pessoas, Srs. Deputados, percebam, que no ambiente da Nova República não existe espaço para esse tipo de comportamento, nós não estamos aprovando uma mensagem, estamos perpetrando uma contravenção. Se existe esta disposição, se a Assembléia pretende se expor a uma ação popular ou uma arguição de inconstitucionalidade, que pelo menos o faça, disfarçadamente o faça, sob o pretexto de que estamos atendendo a todos.

Se, os Srs. Deputados pretendem votar a mensagem

inconstitucional, eu peço que votem a minha emenda e equiparem aos privilegiados Srs. auditores, conselheiros e Procuradores, todos os funcionários do Tribunal de Contas, porque este era o compromisso que todos assumimos durante as campanhas eleitorais, projetos que atendessem a maioria, esperando que esta minha arguição seja ouvida eu devolvo a palavra à Mesa.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Continua em votação o Projeto de Lei n.º 16/85 e as emendas.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Para encaminhar)

Sr. Presidente, a argumentação do Deputado Roberto Requião, é por demais sobeja, para nos convencer da inconstitucionalidade deste projeto de lei.

Não poderíamos ficar omissos a esta prática, ousada por demais na ditadura que ultrapassamos recentemente, quando a Constituição Brasileira de mil formas, de mil maneiras, foi desrespeitada.

Hoje, a Nação inteira respira com ar de moralização e de moralidade nos atos públicos. A Nação inteira espera uma postura ereta de seus representantes. A Nação inteira espera e deseja seriedade no trato da coisa pública.

A argumentação do Deputado Roberto Requião, inclusive, convocando a figura maravilhosa, no nosso entender, de Stanislaw Ponte Preta, é muito oportuna a presença deste grande escritor brasileiro que nos deixou lições belíssimas no FEBEAPÁ de besteiras que assola este País, assolavam e continuam assolando.

Por isto, desejo fazer uma declaração que seria a de que votaria, como votarei contra este projeto de lei, mas, a persistir a tendência geral de apoio a esta inconstitucionalidade votaremos a favor da emenda do Deputado Roberto Requião, para que todos se locupletem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.
Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) Sr. Presidente.

O projeto de autoria do Poder Executivo, que leva a Mensagem número 02/85, que aplica a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, com os critérios estabelecidos pelos Arts. 77, da Lei 7297, de 08/01/80, com a redação dada pela Lei 7878, de 04/07/84, com pareceres favoráveis de duas comissões, por unanimidade, não vejo razão, Sr. Presidente, para que a sanha de Deputados inconformados possam querer guilhotinar uma lei, que a lei está aqui.

Nosso voto favorável ao projeto, à mensagem, e todo Deputado de bom-senso sabe que os Conselheiros, os Auditores do Tribunal de Contas devem ter o respaldo, principalmente na defasagem, Sr. Presidente, na defasagem de seus subsídios.

Homens íntegros, homens que merecem o nosso respeito, agora por um simples capricho, Sr. Presidente, que nos curvamos muitas vezes aos Deputados Alencar Furtado e Roberto Requião, por um simples capricho.

Sr. Presidente, por um simples capricho, não vamos deixar de votar uma mensagem que tem respaldo da lei, que passou por todas as Comissões desta Assembléia, por um simples capricho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as três bancadas com assento neste Plenário.

Deputado Requião, o Deputado Alencar Furtado, que tenho todo o respeito, que me perdoem; se é inconstitucional como poderia ter passado por três Comissões, ou será que eles querem dar um voto de analfabetismo para os componentes da Assembléia, e principalmente os componentes destas Comissões que votaram favorável.

Eu pediria, e faria um apelo, Sr. Presidente, aos ilustres Deputados, que parem com estas picuinhas e vamos votar favorável, porque aqui é justo, aqui é elementar, e aqui, Sr. Presidente, está o parecer, estão os pareceres de todas as Comissões.

Ou respeitamos as Comissões desta Casa, ou então estamos claudicando, ou então somos uma plêiade de homens sem alma e sem conhecimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em votação o projeto de lei, ressalvadas as emendas.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto de lei, permaneçam como estão. Os contrários, se manifestem.
Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem).

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada trinta e sete Srs. Deputados.

A Mesa fará a verificação de votação do Projeto de Lei 16/85, para tanto solicita aos Srs. Deputados que tomem assento às suas cadeiras a fim de procedermos a verificação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e sete Srs. Deputados aprovam; três rejeitam. —
Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)

Requeiro mais uma vez, verificação de votação, para tirar dúvidas.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa procedeu a verificação e não vê amparo no Regimento, para proceder nova verificação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pelo que entendo, trata-se de matéria vencida. Vossa Excelência já fez a verificação e proclamou o resultado. Eu não vejo como proceder nova verificação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, é lamentável que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado venha duvidar da capacidade e da integridade da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado. No entanto, como já se trata de matéria vencida, não há condições de fazer verificação e nova chamada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa irá colocar em votação a emenda número 01.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente. Apenas para dizer que não coloquei e jamais colocaria em dúvida a honorabilidade, a dignidade e a honestidade da contagem, mas há dúvida com relação aos números aí mencionados.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está em votação a emenda número 01, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, já lida na apresentação do projeto. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os contrários, se manifestem. — Aprovada.

Em votação a emenda número 02, do Deputado Roberto Requião e outros. Os Srs. Deputados que aprovam a referida emenda, permaneçam como estão. Os contrários, se manifestem. — Rejeitada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que votam favoravelmente à emenda do nobre Deputado Roberto Requião, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que votam contrário à emenda, queiram levantar-se.

Dez Senhores Deputados APROVAM, 20 Senhores Deputados REJEITAM.

REJEITADO.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 20/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que estabelece critérios para o exercício de Chefias nos Distritos Sanitários, órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Saúde Pública, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. (Public. no D.A. n.º 07, de 19/3/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 20/84

VOTO EM SEPARADO

Meritória a iniciativa do Deputado Tadeu França, ao tentar estabelecer critérios que sistematizam o exercício de chefia nos Distritos Sanitários.

Não se admite porém, que uma iniciativa mesmo que sendo meritória, passe por esta Comissão de Constituição e Justiça, quando esbarra em princípio constitucional, como no caso. O art. 25 § 1.º, letra C, é claro quando

afirma ser o pretendido, da competência exclusiva do Governador do Estado.

Ainda, não se poderia admitir privilégios, ou a uma só categoria funcional, como no projeto original, em que o Deputado pretende só permitir que médicos sanitaristas ocupem os cargos de chefes, ou mesmo a uma parcela de funcionários da área técnica, que teve a felicidade de chegar ao final da carreira, como o proposto pelo Secretário da Saúde e acatado pela emenda substitutiva do Deputado Nelson Buffara.

Pelo exposto, meu voto é contrário ao projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por 10 (dez) sessões, para o Projeto de Lei n.º 20/84 e que o mesmo seja enviado à Comissão de Saúde para apreciação daquela Comissão Técnica. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 20/84 por 10 (dez) sessões.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 213/84, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que dispõe sobre o preenchimento de cargos nos Conselhos de Administração das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundações e Autarquias, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado (Public. no D.A. n.º 82, de 05/09/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 213/84

PARECER:

O nobre Deputado Nelson Buffara, por intermédio da apresentação do Projeto de Lei que leva o n.º 213/84, procura tornar obrigatória a participação de pelo menos um funcionário - como membro - nos Conselhos de Administração das Sociedades de Economia Mista em que o Estado seja acionista majoritário, bem como nas Empresas Públicas, Fundações e Autarquias Estaduais, cujos membros sejam indicados ou referendados pelo Governo do Estado.

Trata-se de louvável iniciativa que procura prestigiar os funcionários que se mantêm na Instituição há mais de dois anos cumprindo com seus deveres, e que, muitas vezes, com grande força de vontade e vencendo inúmeros obstáculos conseguiram concluir um curso superior.

Diante do exposto, manifestamo-nos favoráveis à aprovação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Alexandrino de Araújo Filho, pioneiro no Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernani Hildebrand, ocorrido em Belém do Pará. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Izari da Silva, ocorrido no dia 31 de março do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando seja promovido Fórum de Debates abordando o tema "O Legado do Presidente Eleito Tancredo Neves e a Nova República". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Lirinus, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 57/85, de autoria dos Senhores Deputados Sabino Campos e Gernote Kirinus, que visa alterar o nome do Município de São José, criado pela Lei n.º 8075, para São José das Palmeiras. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da íntegra da "Declaração de Londrina". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo a reconstrução da linha de distribuição de energia elétrica no quadro urbano do Município de Reserva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Gerente Regional do Banco Nacional da Habitação para o Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente,

solicitando transcrição nos Anais da Casa, da Mensagem enviada pelo Papa João Paulo II ao Senhor Presidente José Sarney, em razão do falecimento do Senhor Presidente Eleito Tancredo Neves. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, dos pronunciamentos do Senhor Presidente Eleito Tancredo Neves, levado a efeito no dia 15 de novembro próximo passado, bem como o do Senhor Presidente José Sarney, levado ao ar no dia 21 de abril do corrente ano. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do INAMPS, encarecendo suprir a falta de atendimento médico, conveniente e adequado à população do Município de Santa Terezinha de Itaipu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio da "Carta dos Estudantes Universitários do Oeste do Paraná", aos Senhores Ministro da Educação, Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo o envio de ofício às mesmas autoridades, visando a criação da Universidade Federal do Oeste do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, na pessoa do seu Diretor Clínico Doutor José Carlos Lacerda de Souza. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, manifestando apoio às reivindicações dos alunos do curso de geologia da Universidade Federal do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de voto de congratulações a Senhora Secretária da Educação, pelo lançamento sob forma criativa e dinâmica da campanha da Constituinte na rede escolar do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de uma delegacia especializada de entorpecentes no Município

de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a conclusão da pavimentação asfáltica da Rodovia BR 467, no trecho compreendido entre Toledo e o Distrito de Quatro Pontes, no Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da Rodovia Toledo - Porto Britânia, passando pelas localidades toledanas de Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, com acesso para Cerro da Lola e Km 41, e no Município de Marechal Rondon pelas localidades de Linha União, São Cristóvão, Vila Margarida e Pato Bragado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos para a Secretaria dos Transportes, para conclusão da pavimentação PR-317 (Rodovia Toledo - Santa Helena), no trecho entre São Clemente e Santa Helena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à equipe médica do Instituto do Coração do Hospital Evangélico desta Capital, pelo sucesso alcançado no primeiro transplante de coração realizado no Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre o estudo da viabilidade técnica e econômica do trecho da estrada Umuarama - Herculanã Via Serra dos Dourados - Ivaté. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria escrita pelo jornalista Antônio Carlos Lacerda, publicada no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Austeridade". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho que liga os Municípios de Goioerê e Iporão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba de subvenção social às entidades Creche Assistência Betel e A.M.A.S., do Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando seja indicada uma Comissão de dois Senhores Deputados, para representar a Assembléia nas seguintes comemorações: de 26/04 a 04/05, Feira Exposição Agro-pecuária de Maringá, de 05/05/ a 11/05, Aniversários de Mandaguari e Maringá.

A Mesa devolve o requerimento ao autor para que indique o número de membros da comissão, o que poderá fazê-lo oralmente.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sugiro o número de dois Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Designo os Senhores Deputados Ferrari Júnior e Tadeu França como representantes da Casa. **Aprovada.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados Federais do Paraná, do PMDB/PDS/PFL e Senadores do PMDB do Paraná, encarecendo seja denominada a BR-376, conhecida como Rodovia do Café, como Rodovia Presidente Tancredo Neves. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, com apoio do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, para que a BR-376, conhecida como Rodovia do Café, passe a denominar-se Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a construção de uma rodovia ligando Maringá a Faxinal dos Mendes, confluindo com a Rodovia do Café. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, com apoio do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo seja denominada de Dr. Tancredo de Almeida Neves, o trecho da BR-376, que liga o Município de Ponta Grossa a Porto São José, hoje denominada de Rodovia do Café. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

“Mais uma vez, Ponta Grossa, solidária e conscientemente, antecipa-se às medidas governamentais, e, por iniciativa própria e comunitária, dispense esforços em favor da melhoria das condições de vida de seu povo, e inova em áreas comumente de competência do Governo Estadual.

Assim, na última sexta-feira, dia primeiro, através da Associação Comunitária de Prevenção e Segurança Policial Militar - Regional Centro, de Ponta Grossa, pelo seu Presidente, Paulo Nadal Júnior, e da Companhia Pontagrossense de Automóveis, Comércio e Indústria, COPACI, pelo seu Diretor-Presidente, o ex-Deputado João Vargas de Oliveira, fizeram a entrega de dois veículos “Belina”, devidamente equipados para serviço de policiamento, ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Raul Victor Lopes.

Esse evento, diz bem do esforço comunitário em favor de melhores condições de segurança do povo pontagrossense, diante da síndrome da violência que marca os dias presentes, servindo também como mais uma iniciativa local para complementar a ação governamental, no sentido de atender as necessidades básicas da cidade.

Associação Conservacionista do Solo, o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, além de outras, são algumas medidas adotadas espontaneamente pelo povo de Ponta Grossa, com reflexos dos mais significativos em favor da solução de problemas, que, pela sua complexidade, não poderiam ficar apenas na dependência de iniciativas governamentais, sendo, então, na continuidade, adotadas por outras cidades paranaenses.

É sabido que, com os desafios cada vez maiores impostos aos planos governamentais, não é mais possível enfrentá-los apenas por iniciativa do Estado, quanto a superação das dificuldades resultantes do próprio processo rápido de urbanização da sociedade brasileira.

Agora, mais do que nunca, o engajamento efetivo das classes sociais mais favorecidas da comunidade, torna-se indispensável, como ação supletiva ou complementar, principalmente no combate à criminalidade, na definição de suas causas e na busca de soluções.

Vale registrar, naquela ocasião, a palavra do Prefeito Municipal de Ponta Grossa, o Sr. Otto Cunha, que ao reconhecer e destacar o esforço comunitário de seu povo, neste sentido, cobrou, com autoridade do cargo que ocupa, o cumprimento de compromisso da Secretaria de Estado da Segurança Pública, quanto ao repetido caso das promessas de construção, pelo Governo do Estado do Paraná, dos prédios da cadeia pública e da 13.^a Subdivisão Policial.

A verdade é que na medida em que essas obras vão sendo postergadas em sua edificação, constroem a população e depreciam a imagem do Governo, ensejando as mais diversas conclusões a respeito. Para se evitar isso, o Estado deve executar as obras previstas para a cidade de Ponta Grossa, indispensáveis à segurança do indivíduo e do patrimônio, que o povo ora reclamara para garantir

sua normalidade de vida.

Fortalecer a convicção de que o município — local onde é gerada a riqueza e fonte dos tributos arrecadados, receba a devida contrapartida na redistribuição desses recursos em proporções e valores suficientes, para satisfação de suas reais necessidades. É dever de todo homem público, face aos interesses de sua comunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pois a contribuição que Ponta Grossa oferece, na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM do Paraná, merece a devida correspondência através dos investimentos públicos de competência do Estado, Salientando ainda que, a transferência de encargos, que pela sua natureza pertencem a outro plano de Governo, impõe novas obrigações, e oneram mais a capacidade do município.

O fato, portanto, da sociedade e do Governo somarem esforços através de suas verdadeiras competências e obrigações, é que indica a fórmula adequada de se encontrar, em conjunto, a solução para velhos problemas.

É, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uso da tribuna neste instante, para fazer um apelo ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Felipe Haj Mussi, para que dê provimento, autorização, para licitações das referidas obras. Com isto, não apenas estará dando cumprimento a compromissos assumidos e declarados com a comunidade pontagrossense, como evitará desgastes aos homens públicos envolvidos com apelos constantes da comunidade, para que junto ao Governo do Estado consigam sensibilizar os administradores dos recursos estaduais para que estes, no desempenho de suas obrigações e de suas competências, executem as referidas obras. Que virão, sem dúvida alguma, não só trazer tranquilidade ao povo de Ponta Grossa, mas estimulá-los ainda mais, para que deem continuidade nesse esforço de sociedade e governo, para juntos, ambos superarem antigos problemas, e em especial aqueles ligados à segurança da sociedade pontagrossense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 290/84 e dos Projetos de Lei n.ºs 153, 285/84 e 16/85.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 213, 294, 303, 307 e 320/84.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 168 e 330/84.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1985.

PAPA: NÃO ESQUECEREI TANCREDO

Na mais longa mensagem de pesar enviada pelo Vaticano até hoje pela morte de um mandatário, o Papa João Paulo II lamentou a morte de Tancredo Neves.

Tão logo a notícia da morte do presidente eleito Tancredo Neves foi divulgada, mensagem de chefe de Estado de todo o mundo começaram a ser enviados ao presidente em exercício José Sarney. Todas expressavam a tristeza e a solidariedade aos brasileiros. A mais longa e comovente foi enviada pelo Papa João Paulo II.

Na mensagem, o Papa lembra a José Sarney que é inapagável em mim a recordação do meu contato, em janeiro último, com insigne homem público que, apenas eleito, desejou encontrar o pastor universal da Igreja de que era fiel".

A íntegra da mensagem de João Paulo II é a seguinte: "Ao receber a constrangedora notícia do passamento do ilustre doutor Tancredo de Almeida Neve, apresso-me em depor nas suas mãos de supremo mandatário desta nobre Nação a mensagem que, por irreprimível impulso do coração, desejo dirigir ao povo brasileiro, a mim por tantos títulos querido.

"Permaneceria inapagável em mim a recordação do meu contato, em janeiro último, com o insigne homem público que, apenas eleito, desejou encontrar o pastor universal da Igreja de que era filho fiel. Pude admirar então o homem probo estadista de grande estatura, sua longa experiência, a competência e seriedade com que se preparava a assumir o elevado encargo que seus pares, interpretando a vontade quase unânime de todo um povo, lhe haviam confiado.

"Por isso, desde que tive notícia de sua enfermidade, não se passou um só dia sem que eu tivesse rezado com fervor pelo seu restabelecimento, se tal fosse o desígnio de Deus. Assim fazendo, encontrei-me em profunda comunhão espiritual com milhões de brasileiros que, por semanas inteiras, fizeram deste País uma grande família em oração".

CORAGEM

"Agora que ele deixou este mundo, quero antes de tudo trazer minha palavra de alento aos familiares, cuja coragem e espírito de fé pude apreciar durante os longos dias de calvário do chefe da família. Peço a Deus conceder-lhes consolo e conformidade com a sua vontade neste

momento crucial. Uma palavra de esperança e de estímulo também para todo o povo brasileiro.

"Sou testemunha da firme determinação com que o presidente eleito decidira colocar alguns pilares de essencial importância na base do seu projeto amplo e generoso, não porém utópico - de uma Nova República. Assinalo, entre outros tantos, o relevo dado a justiça social e a equânime distribuição aos mais pobres e desassistidos na busca de uma sincera concórdia entre todos os brasileiros na tutela e promoção dos direitos humanos fundamentais na participação de todos em um pacto social coerente e eficaz.

"Confortado pelo extraordinário conagraçamento que o País experimentou em torno do leito de dor do seu presidente eleito, com admiração e edificação do mundo inteiro, faço votos não desapareçam com ele mas, sejam levados avante com entusiasmo e dedicação pelos responsáveis e por toda a comunidade nacional. Será a melhor e mais concreta homenagem à sua imperecível memória e ao seu sacrifício que se tornará frutuoso para toda Nação brasileira que ele amou extremamente e a qual serviu sem medida.

"Depois de ter oferecido a santa missa em sufrágio da alma do grande homem público, purificada pelo sofrimento suportado com exemplar fé cristã, envio de coração à família Neves, especialmente a senhora Risoleta, a seus filhos e netos, a vossa excelência, senhor presidente, herdeiro dos elevados projetos do estadista defunto e aos responsáveis pelo bem-estar e o progresso do povo brasileiro e a este mesmo povo, independentemente de qualquer distinção, a segurança de minha ardente oração pela pátria brasileira nesta hora histórica, acompanhada de uma paterna e confortada bênção apostólica.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO IVAN GUBERT, EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1985.

AUSTERIDADE

Antonio Carlos Lacerda.

A preocupação do governo, quando se iniciou, era com a austeridade administrativa. Tanto que, até na Assembléia se criou uma CPI para investigar a corrupção dos governos anteriores. Muita gente, principalmente técnicos, perdeu o emprego, em nome da nova ordem, da nova filosofia de governo. Alguns "gênios" e ideólogos, que pegaram jacaré na onda peemedebista, assumiram os cargos dispostos a demolir e a reconstruir a máquina da administração. Foi um desastre, cujo custo, como sempre acabou sendo pago pelo povo. Querem um

exemplo? A Fundepar por muitos anos, anualmente fazia o levantamento da rede escolar estadual mandando para o interior formulários, que eram respondidos pelos inspetores regionais de ensino, inspetores municipais e secretários de estabelecimentos. Os gastos com papel e selo não iam além de uns quinhentos mil cruzeiros. O processo era muito simples e alguém, no alto comando da Fundação, decidiu que a pesquisa teria de ser feita de outra forma. Trinta funcionários foram divididos em quatro equipes e enviados, por sessenta dias, para o interior, utilizando sete motoristas e sete carros, que rodaram uns 50 mil quilômetros, gastando material, diárias, combustível, pneus, tempo e, no final de tudo, aproximadamente duzentos milhões de cruzeiros para cobrir despesas com hotéis, restaurantes, oficinas e postos. Quem por curiosidade quisesse saber o resultado disto tudo é só conferir: os números bateram exatamente com os dados anteriormente. Austeridade...

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1985.

SARNEY: "PRECISO DA AJUDA DE TODOS"

Pronunciamento do presidente José Sarney, em cadeia Nacional de rádio e televisão, por ocasião do anúncio do falecimento do presidente Tancredo Neves.

BRASILEIROS,

Deus é testemunha de que eu lhe entregaria o melhor dos meus dias para não enfrentar a fatalidade desta hora.

Tancredo Neves morreu.

Eterniza-se com ele a legenda do idealismo que comoveu, num movimento sem precedente em nossa história, as praças e as ruas do Brasil com a bandeira da Nova República.

Ninguém o excedeu no amor do povo, que acompanhou o seu longo e santificado martírio, que teve fim neste dia simbólico da Pátria, 21 de abril, com a invocação do herói da independência, Tiradentes.

Lágrimas temos todos, das fronteiras escondidas no verde da Amazonia até o menor dos arroios que nos separa no extremo Sul.

Aqui estou, meus compatriotas, sob o peso de um instante que não pedi e não desejei. Tenho a consciência de minhas responsabilidades e a humildade de dizer que preciso ser ajudado por todos e a todos peço ajuda.

Asseguro à Nação, com todas as forças da vontade e da coragem que o legado de Tancredo Neves permanecerá vivo.

Assim como não lhe faltei com a minha lealdade no período do seu calvário, sabe-

rei honrá-lo após a sua morte. E não deixarei murchar a chama da esperança que plantamos no Brasil.

Serei maior do que eu mesmo neste desafio que a história me entregou.

Cumprirei com fidelidade a honra merced de Deus, o meu destino.

Saberei ser o responsável pelo Estado, pela Nação e pela visão histórica da Pátria, saberei ser o comandante supremo das Forças Armadas, patrióticas, mantedoras da ordem e das instituições, bem como o condutor firme das nossas sofridas políticas, a que me orgulho de pertencer.

Quis que assim fosse a vontade de Deus. E assim a cumprirei, com a sua ajuda e a sua proteção.

A vida de Tancredo Neves foi um exercício de diálogo e conciliação. Seguiremos seu exemplo. Realizaremos um governo de concórdia, mudanças, trabalho, moralidades e austeridade. Implacável contra a corrupção.

O ideal federativo, consagrado ao primado da ordem constitucional, será revigorado e a melhor maneira de realizá-lo é acabar com as desigualdades regionais que humilham o País.

As mudanças reclamadas serão feitas. O nosso programa será o mesmo de Tancredo Neves. O nosso compromisso é o da Aliança Democrática, formada pelo PMDB partido que é uma página de heroísmo, pela Frente Liberal, homens que quebraram amarras, e por todas as forças que, privadas da liberdade, lutaram pela liberdade.

O governo dará prioridade aos pobres. Ninguém pode ser feliz num País em que milhões de pessoas não têm direito a felicidade.

Combateremos, sem tréguas, a inflação, que corrói a economia e destrói os salários, levando fome e desespero aos lares de nossos irmãos, lutaremos pelo fortalecimento da iniciativa privada, criativa e competitiva, mas vigilantes contra os especuladores e os excessos do poder econômico.

Os direitos humanos e sagrados, lutaremos contra a violência para segurança dos cidadãos e contra a desordem e a anarquia.

Implantaremos a reforma agrária, para instaurar a justiça no campo.

No setor externo, a palavra do Brasil será independente e firme.

A nossa tolerância terá o limite de sobrevivência digna dos trabalhadores e da empresa nacional, da retomada do desenvolvimento e do nível de emprego.

Vamos constituir a democracia, capaz de liberar as energias criadoras da juventude e assegurar a liberdade política. O objetivo maior do nosso projeto nós o atingiremos com a realização da Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana,

aspiração legítima de toda a sociedade.

Este é um momento de dor, que compartilho com todos os brasileiros. Compartilho com a família Tancredo Neves, simbolizada nessa dama extraordinária Risoleta Neves, cuja dignidade no sofrimento é comovedor exemplo de fé e das virtudes da mulher brasileira.

A memória de Tancredo Neves será nossa convergência, nossa inspiração, a vela acesa na escuridão de nossas tristezas.

Ela nos manterá unidos: não nos dispersaremos.

Juntos, tornaremos realidade os ideais do nosso grande inspirador.

Tancredo Neves disse: "A esperança é o único patrimônio dos deserdados e ela faz ressurgir as nações dos seus desastres históricos". E disse mais: "Em matéria de sofrimento, privações e injustiças suportadas com resignação poucos povos se igualam aos brasileiros".

Quis o destino que Tancredo Neves fosse, ele próprio e por sua morte, causa de mais um sofrimento símbolo de mais uma privação.

Estou certo que a todas essas dificuldades, o País vencerá.

Nossa luta tão grande, tão forte e tão bela será fecundada pelas nossas lágrimas.

A ressurreição de Tancredo Neves virá na construção da Nova República, seu idealismo, seu símbolo.

Deus nos ajude a todos, nos ampare e nos console, nesta comunhão de sacrifícios e esperanças.

Humildemente, só vos posso oferecer, neste instante, determinação, coragem e trabalho. Com dignidade, honra e responsabilidade.

A MENSAGEM QUE TANCREDO DEIXOU PARA OS BRASILEIROS.

Esta é a íntegra da mensagem de Tancredo Neves:

"Neste 15 de novembro de transição democrática, concito e conclamo os cidadãos à tarefa de construirmos juntos a Nova República.

A data de hoje representa um acontecimento cuja dimensão, em nossa história, só encontra paralelo na data da Independência. É, pois, sob a inspiração da história Pátria, o fio condutor de nossos ideais sempre retomados da Independência e da República, que, candidato das forças democráticas à Presidência do Brasil, convindo os brasileiros para a grande missão.

Os ideais do 7 de setembro, com Pedro I, e do 15 de novembro, com o marechal Deodoro, cresceram gêmeos no passado como rebentos naturais da Inconfidência Mineira e de Tiradentes.

No Brasil, a República respeita e admira o Império precisamente porque, nele,

a democracia nunca sofreu agressões partidas do Poder. Respeitamos o Império mas ele não podia perdurar. Era um regime singular na América, uma fase histórica que, em si mesma, nos honra, mas que havia perdido sua razão de ser pela exaustão dos próprios princípios.

O desgaste do regime imperial chegou ao ponto do magnânimo Imperador Pedro II se declarar, teoricamente, republicano. Mas, registre-se que, ao deixar o Poder, nenhum Chefe de Estado em toda a América foi, tanto quanto ele, cercado de reverência pelos seus contemporâneos, mesmo os adversários. Pode-se dizer que Pedro II mereceu o culto histórico da posteridade precisamente porque soube fazer de seu País uma Democracia.

A República venera e respeita o Império, que ela encerrou sem violência nem injustiça. Reconhece no Império, principalmente, o serviço inestimável de nos haver trazido a Independência sem guerra e sem divisão do nosso território, tesouro maior que é a origem da nossa grandeza como país.

O 21 de abril, a Independência e a Proclamação da República representa a linha ascensional da nossa formação social e política, na qual a Nação e o Estado se integram na grande pátria coesa, soberana e livre.

A coesão é a unidade, que mantivemos contra os desafios separatistas, vindos de dissensões internas ou invasões estrangeiras.

A soberania é a autodeterminação, que temos sabido conservar diante das ameaças externas de pressão ou imposição.

A liberdade é o regime democrático, que temos podido fazer prevalecer e sobreviver aos eventuais predomínios do autoritarismo; é a Democracia, vinda da Independência e da República, que renasce do absolutismo.

Firmados em tão inspiradora fonte histórica, retomada em sua pureza, é que teremos de lançar os alicerces da Nova República.

Primeiro o alicerce da Federação, a refazer-se autêntica, sem sentido conservador e localista, com o espírito voltado para a unidade do País. Um federalismo que realista e moderno, será capaz de assegurar o desenvolvimento da pluralidade dos estados, dos municípios e das regiões, ao mesmo tempo que estabelecerá, na organização política, a imprescindível unidade nacional.

A Nova República se quer composta de autonomias vinculadas à soberania central, na melhor tradição de nosso passado. Assim antecipada, ela compatibilizará as partes com o seu todo; harmonizará a desconcentração do poder com a unidade nacional e

será forte não porque o centro o seja, mas porque as frações do todo o serão.

A República Brasileira nós a queremos descentralizada em atribuições e recursos, na forma das práticas do federalismo que distribui tarefas ao Poder Central, aos Estados, às Regiões Metropolitanas e aos Municípios.

Desconcentração do poder e descentralização administrativa serão os eixos da construção da sociedade livre e democrática.

O alicerce republicano do poder distribuído é infenso ao poder unipessoal. Este é o segundo significado histórico da existência das Repúblicas: e rejeição do poder absoluto, incompatível com o pressuposto de uma Democracia.

A Nova República não se coadunará com qualquer experiência de Presidentes todo-poderosos, impondo as vontades do Centro e detendo o quase monopólio do poder decisório-legislativo.

Alicerce de igual relevância nas novas instituições é o da temporariedade dos mandatos, princípio que nos cumpre respeitar em coerência com o nosso passado recente.

É de grande importância lembrar que mesmo nesse passado centralizador houve obediência fiel a nossa norma nos mandatos dos presidentes cuja escolha obedecia a decisões tomadas fora da classe política.

Honra os brasileiros a desambiguação dos militares ao respeitarem este princípio ainda que sob regime de exceção. Está provado que as substituições no Poder Presidencial não ferem a continuidade administrativa do Estado que se deseja fundada em burocracia responsável e eficiente, servidora permanente e impessoal das leis do País.

Finalmente o alicerce da cidadania de cada brasileiro. República e Cidadania são indissociáveis. Elas se engrandecem ou se degradam juntas, tendo sempre o mesmo destino.

Não haverá no Brasil uma República sã e estável sem se refazer a realidade e a mística da Cidadania como origem do poder político do Estado, e condição maior da existência dos direitos e liberdades da pessoa humana, independente de riqueza, raça, sexo ou credo.

Sejamos, pois, nesta hora decisiva da vida brasileira, possuídos pela mística da República, a fim de que ela se prepare para a sua continuidade histórica. Para que ela, instituída em uma Federação descentralizada, seja, efetivamente, capaz de moderar os conflitos, por meio de uma vigilância constante contra os perigos de quaisquer novos disfarces pelos quais se pretenda impor à Nação a vontade das minorias.

A generosa inclinação dos brasileiros

para a tolerância e o consenso fez da Independência, da Abolição e da República conquistas civilizadas e pacíficas. Esta cordura nos processos, esta moderação nos meios empregados para o alcance dos objetivos mais difíceis, esta ausência de violência no encaminhamento das soluções mais intrincadas não significam debilidade de um povo, mas, ao contrário, força de alma e de razão. O rigor e a violência são, muitas vezes, filhos da fraqueza e do temor. Os livros são férteis de casos trágicos que, não fora a desconfiança e o medo, não teriam prevalecido por tanto tempo em tantas Nações.

Os historiadores sabem que muitas vezes a agressividade e o radicalismo não passam de formas de pânico, individuais ou coletivas, situações limite que, por isso mesmo, não podem durar e, muito menos, ser permanentes.

De outra parte reconhecem que a organização democrática, e, especialmente a sua Justiça, podem e devem ser permanentes, pois têm na moderação e na paz os princípios básicos de sua continuidade e de seu constante aprimoramento.

Este espírito democrático é uma vertente da história brasileira. No avanço de nossas instituições políticas, na fixação dos limites de nosso território, o Brasil sempre ofereceu a moderação como motor de seu progresso, inspirador de suas ações e do seu engrandecimento.

Infelizmente a República, instalada e confirmada com tanta prudência e saber, passou a conhecer depois, nos períodos de transição e, especialmente, nos momentos de transmissão do Poder Supremo, crises de violência e de injustiça, colapsos breves ou longos do Estado de Direito, governos impostos pela força, períodos de escuridão sem causa que têm abalado o prestígio do País e comprometido a situação que o Brasil ocupa no Continente.

É mais que chegado o tempo de se pôr um parêntese nesse demorado e repetido espetáculo de imaturidade política e de submissão da razão à paixão. Este espetáculo que, com felizes alternativas, vem durando desde 1922, deve encerrar-se agora em uma confluência de propósitos elevados, dentro das naturais divergências democráticas.

É mais que chegado o tempo em que se inicie a marcha para um futuro de estabilidade das instituições e do progresso econômico que prepare o nosso País e seu povo para melhores dias. O futuro dos nossos descendentes e, em certa medida, o equilíbrio da civilização do mundo, dependem um pouco da conduta, da visão e da capacidade realizadora dos brasileiros de agora.

O alargamento interno do território nacional, conseqüente à fundação de Brasília, o progresso nas

comunicações e na tecnologia, as realizações da política energética, o avanço cultural e político, a crescente participação popular no acompanhamento das decisões nacionais, o acúmulo, enfim, das potencialidades criadoras da sociedade brasileira, não cabem no quadro estreito e hesitante da instabilidade institucional. Não cabem no regime das decisões fechadas, do predomínio das ambições pessoais ou de grupos sociais ou econômicos. Não cabem, evidentemente, na estreita moldura do contraste entre uma sociedade que se expande e uma política que se encolhe, na qual podem substituir medidas casuísticas, soluções impopulares e objetivos antiéticos.

A transição para a Nova República passa pelo voto dos representantes do povo em 15 de janeiro de 1985.

O sistema de escolha do presidente pelo colégio eleitoral abre-se sob a pressão da opinião pública e vai servir, agora, à transição democrática.

A eleição, ainda imperfeita por não se ter podido organizar para a participação direta do povo com o voto dos nossos mais de sessenta milhões de eleitores, mesmo assim registrará importantíssimo progresso.

Terminados os atos institucionais, aprovada a Lei da Anistia e realizadas as eleições de 1982 - as mais livres e diretas dos últimos 20 anos -, caminha-se para o passo mais sério e decisivo da sucessão presidencial.

Na transição, sem dúvida, temos agora o grande avanço republicano e democrático como decorrência da vontade manifesta de mudança, que se expressou na longa campanha das "diretas-já" e se constitui a base mesma da pregação dos candidatos da Aliança Democrática.

Festejemos a República. Ela progrediu pacificamente, pelas ações de propaganda nos meios civis e militares, pelas lições dos mestres nas escolas e faculdades, pela manifestação das forças políticas organizadas na Câmara e no Senado do Império, pelas vozes presentes nas grandes reuniões e nas praças públicas, pela coragem da palavra dos jornalistas e o desassombro de grandes e pequenos jornais.

A campanha republicana chegou à vitória de 15 de novembro sob as garantias jurídicas do Supremo Poder Imperial, não ausente, mas presente, no respeito deliberado à evolução pacífica das instituições.

Estou certo de que, com a vivência dos nossos maiores e tendo em vista a segurança da vitória democrática em 15 de janeiro, o Brasil poderá afinal encerrar esta longa fase de oscilações entre o Estado de Direito e o Estado Autoritário. Foram mais de 60 anos que marcaram a República e que correspondem a fases superadas de nossa evolução política e social.

A posse do presidente eleito vai marcar, em 15

de março, uma fase de ordem, de paz, de moderação, de participação e de progresso. Uma fase de avanço institucional, político, econômico e social.

Ela será iluminada pelo futuro Poder Constituinte que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais, por uma Constituição que situe o Brasil no seu tempo, prepare o Estado e a Nação para os dias de amanhã e honre as melhores tradições das Constituições que já tivemos.

A fase nova se definirá pela iluminação dos resíduos autoritários que subsistem na legislação vigente e pelo início, decidido e corajoso, das transformações de cunho social, administrativo, econômico e político que requer a sociedade brasileira.

Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico e faremos com a cooperação e a participação de todas as forças políticas, econômicas e sociais bem-intencionadas, sem quaisquer preocupações de represálias quanto ao passado.

Minha formação democrática, alicerçada em uma vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança das lideranças políticas e sociais, não foi e jamais será marcada por revanchismos ou represálias. Estes são métodos próprios de governos e governantes temerosos dos resultados de suas injustiças e dos seus excessos de poder.

Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer. Mudanças na legislação opressiva, nas formas falsas de representação, na estrutura federal, de maneira a que se fortaleçam os Estados e os municípios.

Tudo isso há de acontecer com a participação ativa e decidida do Poder Executivo Federal que manterá os ouvidos abertos para a opinião pública e procurará, por todos os modos, o apoio dos representantes do povo neste e no futuro Congresso Nacional.

Politicamente enfrentaremos com repulsa os radicalismos que agredem os sentimentos e as tradições nacionais. Repulsa a todos os radicalismos, tanto os de esquerda, que nos levam ao fanatismo ideológico, quanto os de direita, carentes de princípios e repletos de ambições de poder.

Meus senhores:

A Primeira República, terminada em 1930, padeceu de defeitos e vícios principalmente políticos, decorrentes de uma estrutura federativa oligárquica e de escassa visão nacional.

A Segunda República, que se instalou a partir de 1930, atravessou sucessivas crises de origem marcadamente político-ideológicas, origem esta que condicionou os grandes embates do nosso tempo.

Estes embates, dramatizados em duas guerras mundiais — as maiores da história humana — criaram reflexos tumultuosos em países como o nosso e explicam, de certa forma, como nesse período a experiência atormentada do Brasil faz parte da experiência mesma vivida pelo mundo ocidental.

Os momentos atribulados que vivemos nestes quase cem anos, as crises que superamos, ressaltam ainda mais a grandeza da República e é na evocação do 15 de Novembro de 1889 que relembro os ideais que forjaram essa grandeza.

A República nasceu para dar ao povo um regime no qual ele pudesse participar, escolhendo os seus governantes em oposição ao direito hereditário dos reis. Vitorioso o movimento, uniram-se Republicanos e Monarquistas, sem ressentimentos ou sectarismos, para construir a nova ordem.

O povo é a substância da República, como prova a raiz latina da palavra. A República deve, pois, ser o compromisso fundamental do Estado para a solução dos problemas do povo, o atendimento de suas necessidades básicas até de sobrevivência. As necessidades referentes ao pão, à saúde, à habitação, à previdência e assistência social, que têm na criação de empregos, no salário digno e na justa distribuição de renda e dos frutos do progresso as suas respostas básicas.

Não nos esqueçamos, pois, neste momento histórico, que essa é a dívida institucional da República, a ser resgatada com superioridade hierárquica sobre qualquer outra, pois o homem, o seu desenvolvimento e o seu bem-estar, são a destinação e a verdadeira segurança do Estado.

Repete-se hoje o alvorecer de uma Nova República, que vai nascer revigorada no compromisso de fortalecer seus valores e seus símbolos.

É hora de lembrar que a República foi sonhada e implantada pelas nossas gloriosas Forças Armadas. A palavra de Benjamin Constant e a espada do Marechal Deodoro da Fonseca fundiram a República nas chamadas de acrisolado idealismo. Desde então, Forças Armadas e República vivem indissoluvelmente vinculadas: se esta entra em colapso, aquelas sofrem na quebra de suas tradições e de sua vocação histórica.

Dáí ser imperiosos criarmos uma Nova República, forte e soberana, para que nossas Forças Armadas não sejam nunca desviadas de sua destinação constitucional. Forças Armadas vigorosas, compenetradas de suas funções tutelares, umbuídas de sua capacidade técnica e profissional é o que todos almejamos, para que possam desempenhar, na maior competência e eficiência, as suas missões, no quadro de definição de seus encargos, na patriótica defesa interna e externa do País.

Brasileiros:

De norte a sul do Brasil estou pregando, em praça pública, a unidade nacional.

Prego a concórdia, a construção do futuro, e não me prendo aos pesadelos do passado. Sinto que estou contribuindo, de maneira eloquente e significativa, para unir o nosso povo, tão dividido em face dos graves problemas desta hora.

É com profunda emoção que tenho visto, do Acre ao Rio Grande do Sul, o povo em grande vibração cívica, nas concentrações públicas, cantar com fervor o Hino Nacional, de mãos dadas, em meio às Bandeiras Nacionais que são símbolos e inspiração de nossa luta e de nosso comportamento.

Estou contribuindo para reascender a chama do patriotismo. Como o fizeram em 1889, prego o direito do povo de, eleger diretamente seus governantes, em todos os níveis, estabelecendo que só existe um império, que é o império da Lei, e só um soberano, que é o povo brasileiro.

Exalto os valores da Pátria, a Ordem e o Progresso, e faço-me apóstolo dos que sonharam e criaram a República.

Inspiro-me nesta data para proclamar que nenhuma campanha cívica na história do Brasil foi tão voltada para os valores e as instituições republicanas quanto a que agora realizamos.

Em nenhum momento reuniu-se numa mesma causa tão ampla presença de homens e mulheres de tantas tendências, sem distinção ou discriminação de qualquer sorte.

São os brasileiros, civis e militares, trabalhadores e empresários, estudantes e professores, homens e mulheres de todos os credos e de todas as raças, com um só objetivo: restaurar em sua plenitude a Democracia no Brasil. E restaurar a Democracia é restaurar a República. É edificar a Nova República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político mas de todos os cidadãos brasileiros”.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS
DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO
DO SR. DEPUTADO MÁRCIO ALMEIDA,
EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1985

DECLARAÇÃO DE LONDRINA

As representações da República do Paraguai, das Províncias Argentinas de Corrientes e Misiones e dos Estados Brasileiros de Mato Grosso do Sul e do Paraná, participantes do “SIMPÓSIO SOBRE A INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MÉDIO PARANÁ”, realizado em Londrina-PR; DECLARAM:

1. Este evento se inscreve no propósito dos governos

- dos três países de implementar toda a cooperação no campo da integração regional manifesta na declaração subscrita pelos Chefes de Estado em 02 de março de 1985 na sede da Associação Latino-Americana de Integração — ALLADI, cujo objetivo permanente é o bem-estar de seus povos.
2. As regiões limitrófes, sem prejuízos de que seu desenvolvimento se acha ligado ao núcleo central de suas metrópoles geoeconômicas, podem encontrar na integração sócio-econômica novas e fecundas possibilidades de desenvolvimento conjunto, pela complementação existente, é oportuno e conveniente mencionar como fatos altamente significativos da materialização deste espírito de cooperação, as obras existentes em Itaipu, e Yacyretá, Pontes Passos de Los Libres (Argentina), Uruguiana (Brasil), Ciudad Presidente Stroessner (Paraguai) Foz do Iguaçu (Brasil), as obras em construção as Pontes Encarnaciono — Paraguai, Pousadas (Argentina), Puerto Meira (Brasil), Puerto Iguaçu (Argentina) e as obras projetadas da Ferrovia da Soja, Hidrelétrica de Corpus e Ponte São Tomé (Argentina), São Borja (Brasil) e as facilidades portuárias de Paranaguá.
 3. A integração assim entendida significa que o desenvolvimento integrado não se detém na fronteira, mas abre perspectivas para superar o isolamento interno de algumas regiões, considerando que o progresso do conjunto da região significa o desenvolvimento de cada uma, em particular.
 4. A integração assim entendida significa que o desenvolvimento integrado não se detém na fronteira mas, abre perspectivas para superar o isolamento interno de algumas regiões, considerando que o progresso do conjunto da região significa o desenvolvimento de cada uma, em particular.
 5. O esforço da integração deve combinar adequadamente as ações dos setores Público e Privado.
 6. O intercâmbio e a cooperação nos campos cultural, científico e tecnológico se prestarão a viabilizar a natureza comum dos acervos; histórico, cultural, técnico e turístico.
 7. Unindo as partes estará assegurada a gradualidade da marcha contínua para a integração latino-americana.
 8. Imbuídos dessas aspirações as delegações signatárias acordam em assumir a promoção do desenvolvimento integrado da região fronteira e constituir um comitê, com um representante de cada delegação, cabendo a Secretaria "pró-tempore" ao governo do Paraná (Brasil), encarregada de elaborar um Plano de Trabalho a ser analisado no próximo encontro entre as partes, a ser celebrado na Cidade de Porto Presidente Stroessner (Paraguai).

Londrina, aos 19 de abril de 1985.

Delegação da República do Paraguai
Delegação da Província Argentina de Corrientes
Delegação da Província Argentina de Misiones
Delegação do Estado do Mato Grosso do Sul
Delegação do Estado do Paraná
Arq. MIGUEL CARLOS FONSECA
Província de Misiones

Assinaturas:

Dr. JÚLIO CÉSAR SCHUPP
Assessor Econômico — República do Paraguai
Dr. FERMIN ORIA
—Secretário da Agricultura
Dr. JARDEL BARCELOS DE PAULA
Secretário de Estado do Planejamento
Dr. DENI SCHWARTZ
Secretário dos Transportes